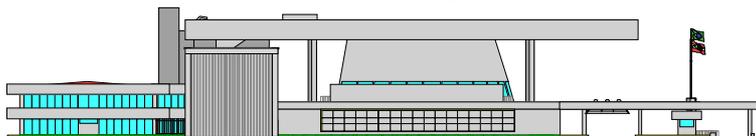


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 22 DE MAIO DE 2012

NÚMERO 6.416

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Plínio de Castro  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Plínio de Castro - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Maurício Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Dieter Janssen  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Plínio de Castro  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dieter Janssen  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Plínio de Castro  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Valmir Comin  
Dieter Janssen  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Maurício Eskudlark  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p style="text-align: center;"><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 052ª Sessão Ordinária realizada em 17/05/2012..... 2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ata da Mesa ..... 8</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiência Pública ..... 8 Edital ..... 17 Mensagem Governamental ..... ..... 18 Ofícios ..... 20 Portarias ..... 20 Projetos de Lei ..... 21 Projeto de Resolução ..... 24</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Destaca o trabalho realizado pela bancada feminina, que realiza audiências públicas para debater a violência contra a mulher.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Aborda a criação de comissão especial na Alesc para investigar as 33 aposentadorias de servidores da Casa consideradas irregulares.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Comenta a reunião da Comissão da Agricultura em foi debatida a situação dos fumicultores catarinenses.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** - Defende que o governo do estado aumente os recursos destinados à prevenção ao uso de drogas e ao tratamento de dependentes químicos.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Afirma que o governo federal está em débito com SC no repasse de recursos para manutenção de clínicas de reabilitação de drogados.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Analisa a questão da drogadição e as necessidades do estado para encaminhar a solução adequada.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (aparte) - Opina que a falta de recursos federais está associada à burocracia e à falta de interesse político.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Critica a falta de recursos federais em programas de reabilitação de drogados.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Refere-se à obtenção de investimentos para o oeste catarinense, fruto de reivindicações suas; defende o aumento de recursos destinados à prevenção e ao combate dos efeitos da estiagem no oeste.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Mauro de Nadal na defesa do oeste catarinense.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Apoiar a reivindicação do deputado Mauro de Nadal.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Afirma que o Parlamento foi maduro na aprovação da emenda em favor do oeste de SC.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Elogia o trabalho da comissão de Agricultura na questão da emenda que beneficiou o oeste catarinense.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Apela pela duplicação da rodovia Antônio Heil e pela construção de obras emergenciais nos pontos críticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos. A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, sr. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, o que me traz à tribuna nesta manhã de quinta-feira, srs. parlamentares, é informar ao público catarinense, aos parlamentares desta Casa e aos movimentos sociais de uma demanda da bancada feminina desta Casa, composta por quatro deputadas: Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, Luciane Carminatti e esta deputada.

Juntamente com o Ministério Público de Santa Catarina, através das promotoras de Justiça Maria Amélia Borges Moreira Abbad e Helen Crystine Corrêa Sanches, decidimos fazer um grande ciclo de debates em todo o estado de Santa Catarina sobre uma questão que vem alarmando todos em função dos números expressivos: a violência contra a mulher.

Já realizamos em algumas regiões: uma no município de Joaçaba, presidida pela deputada Luciane Carminatti, que atingiu o meio-oeste; e outra na cidade de Criciúma, abrangendo todos os municípios da região sul, que foi presidida pela deputada Dirce Heiderscheidt. Amanhã, dia 18 de maio, a vez será de Blumenau, atingindo todos os municípios da região do vale do Itajaí, no próximo dia 25 de maio, iremos à região norte, no município de Joinville.

Quero dividir com os parlamentares desta Casa alguns números que considero de extrema importância, até para nortear as ações do governo federal, do governo do estado e dos governos municipais, no que tange à violência contra a mulher.

De 1980 a 2010 foram assassinadas quase 91 mil mulheres no Brasil, sendo 43.500 só na última década. O número de mortes, nesses 30 anos, passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 210,6%, mais que triplicando os quantitativos de mulheres assassinadas.

Seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Duas são as causas que mais determinam a violência doméstica: a primeira é o machismo, com 46%, pois o homem considerando-se proprietário da mulher, acha que pode usar de violência quando não concorda com suas ações. A segunda é o alcoolismo, com 31%.

Para auxiliar na redução dessa realidade nacional é que participaremos amanhã, na Câmara de Vereadores de Blumenau, do ciclo de debates regionais promovidos pelo Fórum Parlamentar da Bancada Feminina desta Casa, que debaterá com as lideranças dos movimentos sociais o tema violência contra a mulher na região do vale do Itajaí.

Esse trabalho faz parte da ação da Comissão Parlamentar Mista do Congresso Nacional, que vem discutindo com representantes do governo a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e a necessidade de oferecer mais delegacias especializadas, casas abrigo para a proteção das mulheres e de seus filhos e a profissionalização de pessoal para atender às mulheres vítimas de violência.

As questões da violência devem estar na pauta do Legislativo, tanto da Câmara Federal quanto das Assembleias Legislativas, como das Câmaras de Vereadores. Já temos informações e depoimentos de representantes dos movimentos sociais no estado que elencam carências e omissão de gestores estaduais e municipais quando o assunto é violência contra a mulher.

Os principais são a ausência de uma Defensoria Pública, a insuficiência de uma base de dados integrada sobre violência, a carência de delegacias específicas e de centros de referência e casas abrigo para atendimento das mulheres vítimas de violência e a falta de estrutura e de pessoal capacitado nos órgãos existentes.

Nossa intenção, nesse ciclo de debates que vai acontecer em sete regiões do estado de Santa Catarina, é contribuir para o enfrentamento da violência contra a mulher no estado catarinense, a partir desses encontros

regionais. Nesses momentos vamos debater com a comunidade, com os movimentos sociais, com as lideranças políticas e realizar um diagnóstico para identificar o porquê de, mesmo com leis tão avançadas no país, o número de mulheres agredidas ou mortas ser tão alarmante.

Pretendemos levantar oficialmente os dados que precisam ser avaliados, porque também foi um pedido feito pela senadora Ana Rita, pela deputada Carmem Zanotto, pela deputada Luci Choinaki e pela deputada Jô Moraes, que fazem parte da CPML e cobraram do governo do estado informações sobre o que o estado de Santa Catarina está fazendo para proteger as mulheres.

Então, após os sete encontros regionais faremos um relatório para encaminhar à CPML, contendo a realidade do nosso estado no que diz respeito ao enfrentamento do problema das mulheres vítimas de violência.

Dados fornecidos pela Promotoria da Justiça da Comarca de Blumenau indicam que houve um aumento assustador da violência contra a mulher na cidade. Em 2009 foram requeridas 17 medidas protetivas de urgência na comarca. Já em 2010 foram requeridas 47. Em 2011 foram 113; em 2012, até o mês de maio, foram 56 medidas de proteção, significando um aumento de 140% na violência somente na cidade de Blumenau.

Informações da Delegacia Especializada de Proteção à Mulher, também de Blumenau, dão conta de que houve 5.237 ocorrências, foram abertos 693 inquéritos policiais, requeridas 152 medidas de proteção com urgência.

Com a vigência da Lei Maria da Penha, que foi sancionada pelo presidente Lula em 2006, o número de pedidos de medidas protetoras aumentou significativamente na cidade: de 43 casos em 2007 para 152 em 2011, num aumento de 253%, segundo informações da Delegacia Especializada de Proteção à Mulher de Blumenau.

Então, srs. parlamentares, se vivemos em uma sociedade que reclama a todo momento da insegurança e da violência, temos que tratar com muito carinho e responsabilidade as mulheres, que precisam ser respeitadas pois são as responsáveis pela criação e educação das nossas crianças. Filhos de uma mulher que é vítima de violência sofrem muito e não queremos isso. Queremos uma sociedade melhor para nossos filhos e para todos.

Encerro, sr. presidente, com um pensamento de Jean Paul Sartre: "A violência, seja qual for a maneira como se manifesta, é sempre uma derrota". E nós precisamos derrotar, no estado de Santa Catarina, de uma vez por todas, a violência contra a mulher.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada.

O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os deputados Reno Caramori e Ana Paula Lima que, com certeza, será eleita pelo povo de Blumenau sua próxima prefeita.

Volto a esta tribuna para mais um capítulo da novela das aposentadorias por invalidez que, desde o ano passado, o Instituto de Previdência Social do Estado de Santa Catarina, Iprev, há mais de um ano vem analisando.

Deputado Serafim Venzon, v.ex.a., que é médico como eu, deve considerar impossível que para fazer a perícia de 211 aposentadorias

fraudulentas leve-se tanto tempo. Ontem assisti na televisão, rapidamente, a manifestação do presidente do Iprev, dr. Adriano Zanotto, advogado, e ao ouvi-lo entendi um pouco das preocupações que ele tem do ponto de vista jurídico, deputado Reno Caramori, acerca dos encaminhamentos que têm que ser dados. Mas demorar quase um ano para fazer um relatório mostra a postura paquidêmica dessa instituição e a sua baixa capacidade resolutive.

O caso das aposentadorias para mim é uma questão de honra, porque significa passar a limpo parte do passado desta Casa. É mais ou menos o que está fazendo a nossa presidenta Dilma Rousseff ao implementar a Comissão da Verdade, que vai apurar todos os atos da ditadura militar no que se refere aos desaparecidos políticos deste estado, ou seja, aqueles cidadãos que ousaram enfrentar a ditadura e que através da repressão foram excluídos da sociedade.

Ficamos sabendo nesta semana, através do depoimento de um ex-coronel, que chegaram a levar corpos para dentro de caldeiras de açúcar no interior do Rio de Janeiro para incinerar os corpos.

Então, quero deixar claro que não me satisfaz esse relatório, apesar de ser um avanço, porque dizer que a metade daquelas aposentadorias tem justificativa é um equívoco, já que estatisticamente o número de aposentadorias por invalidez num universo de 200, não pode ser de mais de 20%.

Então, o Iprev, além de moroso, não está sendo competente como deveria. Esse instituto de previdência precisa modernizar-se para dar a atenção adequada a todos os funcionários públicos de Santa Catarina que necessitam de sua avaliação.

Logicamente, agora que estão sendo encaminhados para cá os papéis, a Assembleia terá que tomar uma posição e vai ter que resolver também. Não pensem que aqui iremos enfiar isso para baixo do tapete, não, porque quem fraudou não é apenas quem produziu o processo, foi quem aceitou participar da fraude. O responsável não é sempre o corruptor, o corrupto também é responsável e vice-versa.

Então, quando o processo chegar à Casa, espero que não se leve um ano para resolver esse assunto, deputado Romildo Titon, v.ex.a. que será o presidente desta Casa, porque a Assembleia Legislativa tem tomado providências e continuará tomando.

O Brasil era um dos poucos países do mundo de democracia plena que não possuía uma lei que assegurasse ao cidadão o acesso à informação sobre os órgãos públicos, tais como salário de servidor público de qualquer instituição, pois o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por exemplo, é uma verdadeira caixa-preta. Lá se esconde muito em relação a este estado. A partir de hoje vai sair do meu gabinete um conjunto de pedidos de informação.

Deputado Romildo Titon, a Índia era considerada uma das democracias mais corruptas do mundo, mas passou a reduzir o nível de corrupção a partir de 2005, quando aprovou uma lei dando direito de informação a qualquer cidadão sobre licitações, custos, orçamentos e pagamentos.

Esta semana os jornais publicaram notícias sobre a prisão de vários agentes públicos por atos de corrupção. Um ex-prefeito de São Joaquim está preso e disseeram-me que em Porto Belo isso também aconteceu. A Polícia apurou uma série de fraudes, que apenas em quatro prefeituras chegariam a R\$ 3,5 milhões. Felizmente foram evitadas em tempo. A única restrição quanto à lei da

transparência é se ela poderá implicar em algum tipo de risco para o estado. Eu acho que o cidadão se informar sobre questões de direito público não representa risco algum para o estado.

No Brasil não há conflitos religiosos. Somos um país tranquilo no que se refere a questões climáticas e a conflitos de fronteira. No entanto, há uma série de conflitos que precisam ser passados a limpo. O cidadão precisa participar cada vez mais da fiscalização dos órgãos públicos e com isso ajudar a evitar os Cachoeiras que aparecem de vez em quando e que formam uma rede de corrupção, como vimos com a empreiteira Delta, em Brasília.

Enfim, temos que gradativamente ir corrigindo a nossa postura, tornando-nos mais cidadãos, participando mais e fiscalizando todos os órgãos públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Ontem, após as 18h, houve uma reunião na comissão de Agricultura e recebemos a visita do representante da Fetaesc, sr. Irineu, e do representante da Afubra, sr. Márcilio, para debater a questão dos pequenos produtores de fumo.

Eu devo enfatizar, na condição de médico - certamente o deputado Jailson Lima concorda comigo -, que inúmeros catarinenses têm a vida ceifada por conta de enfermidades decorrentes do fumo. Está cientificamente provado que o cigarro é uma coisa ruim, um veneno. Por isso está sendo feita uma campanha com imagens em todas as cartelas de cigarro, mostrando que aquele produto é um veneno e vai fazer mal ao indivíduo.

Paralelamente a isso existe um trabalho do qual participei como deputado federal, no sentido da aprovação de leis que proibam o uso do cigarro em lugares públicos.

Há 15 anos fumava-se no elevador, no avião, certamente se fumava neste plenário, no ônibus, no carro fechado, ao lado crianças, de mulheres grávidas, não havia lugar em que não se fumasse. Com as campanhas de esclarecimento sobre os males do cigarro e a proibição de fumar em lugares fechados, vem diminuindo muito o consumo tanto no estado como no país. O efeito disso será sentido dentro de alguns anos, pois seguramente menos pessoas terão bronquite crônica, enfisema pulmonar, câncer do aparelho digestivo, do aparelho urinário e do pulmão, que são, comprovadamente, decorrentes do uso do cigarro.

Mas temos que admitir que o consumo de cigarro existe e que se não o produzirmos, vão acabar importando para atender àqueles que apesar de tudo ainda fumam. E fiz algumas pesquisas cujos números até me surpreenderam. Por exemplo: no Rio Grande do Sul há 85 mil famílias que plantam fumo, cuja renda familiar depende disso. Em Santa Catarina há 48 mil, no Paraná, 31 mil e no restante do Brasil, mais 21 mil, totalizando 186 mil famílias que produzem fumo, a maioria pequenos produtores. O tamanho médio das propriedades nos três estados do sul é na faixa de 17ha e o valor bruto da produção em Santa Catarina ultrapassa os R\$ 4 bilhões. Há em nosso estado 234 municípios que têm produtores de fumo.

Além disso, há um dado muito interessante. Todos pensam que essas propriedades, pelo fato de o produtor utilizar lenha na secagem de fumo, não têm cobertura vegetal. Muito pelo contrário. Num total de 639ha de produção de fumo, existe uma reserva de 251ha de cobertura vegetal. Então, apesar do produtor cortar lenha durante todo o ano para proceder à secagem do fumo, pelas técnicas modernas, atualizadas, há um aproveitamento melhor do calor, o que faz com haja economia no consumo de lenha e aumento da cobertura vegetal.

A lucratividade dos plantadores de fumo, considerando o que eles gastam para produzir e o que vendem, está na faixa de 20% a 30%, maior do que as culturas de maçã, tomate, feijão e arroz.

Essa é a razão pela qual muitos agricultores ainda dependem da produção do fumo e é por isso que o governo precisa buscar alternativas para que eles possam migrar para outra atividade, sem perder a renda que têm hoje.

Um número interessante que gostaria de colocar com relação ao faturamento do setor é que o Brasil fatura R\$ 5 bilhões com a exportação de fumo e R\$ 12 milhões com o consumo interno, totalizando aqui na faixa dos R\$ 17 bilhões.

Para se ter uma ideia da importância desses números, o Orçamento de Santa Catarina é menor que esse faturamento. E esses R\$ 18 bilhões como são distribuídos? Só de tributos são R\$ 9,4 bilhões, ou seja, 55% desse dinheiro vai para o governo em forma de imposto. A indústria fica com R\$ 2,9 bilhões, o produtor, com R\$ 3,5 bilhões e o varejista, com aproximadamente R\$ 1 bilhão.

É importante destacar, entretanto, que não é porque o governo arrecada R\$ 9,4 bilhões com o fumo que ele deixa de ser uma coisa maléfica, mas se trata de uma questão sobre a qual é preciso refletir e oferecer alternativas aos produtores, porque se não fizermos isso, eles não deixarão a atividade.

Somos contra o seu consumo, mas precisamos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Dieter Janssen, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes da Casa.

Fazemos uso da palavra para tecer algumas considerações sobre as necessidades de Jaraguá do Sul e da nossa região, mas com certeza é uma situação que afeta toda em Santa Catarina e, por que não dizer, o Brasil. Refiro-me aos problemas relacionados ao consumo de drogas.

Em 2010, quando estivemos nesta Casa, colocamos nossa preocupação com os usuários de algum tipo de droga que desejam fazer tratamento para livrar-se da dependência.

Recentemente recebemos algumas apostilas que são utilizadas por professores em sala de aula e que ensinam como identificar jovens, adolescentes, que podem estar-se envolvendo com o mundo das drogas. Uma vez identificado o aluno, o mestre já tem como se antecipar e auxiliá-lo a sair ou a evitar o problema.

Estamos marcando uma audiência com o secretário da Segurança Pública, César Grubba, para reivindicarmos mais policiais para nossa região, a fim de patrulharmos melhor as ruas e dificultarmos a atuação dos traficantes. Diariamente passamos nas ruas centrais e em alguns bairros do nosso município e deparamos, frequentemente, com pessoas fazendo uso de *crack*, que hoje é a droga mais utilizada pelo fácil acesso e pelo baixo custo. Essas cenas nos chocam bastante, pois imaginamos que as famílias pensam que seus filhos estão em lugar seguro, mas na verdade estão ingressando ou já ingressaram no mundo das drogas.

Em Jaraguá do Sul há um policial para cinco mil habitantes. É um número muito alto e não há condições de dar segurança às nossas famílias. Mas o nosso foco principal não é tanto a questão da segurança, mas o tratamento do usuário de drogas, principalmente aqueles que não têm condições financeiras para fazer um tratamento.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. tem razão, deputado, as poucas clínicas que existem no estado são mantidas por instituições religiosas e o vício acaba tendo que ser tratado como um doente pelo SUS.

Tenho trabalhado junto com o deputado Ismael dos Santos e outros deputados sobre esse tema e até lancei um livro sobre isso há poucos dias. A verdade, deputado, é que de 0,7% a 1% das pessoas no Brasil são dependentes de *crack*. Em Santa Catarina há 50 mil usuários dessa droga. Estamos tratando cinco mil. Quanto às demais, o seu destino é certo: as ruas, os hospitais, os presídios ou o cemitério.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigado pelo aparte, deputado.

Recentemente, conversando com um médico que trata de dependentes químicos, ele nos colocou que parte dos pacientes pode fazer hoje o tratamento na Colônia Santana. Há, atualmente, aproximadamente 200 leitos, o que é muito pouco todo o estado de Santa Catarina.

Então, fica aqui o nosso desabafo, a nossa angústia com relação à necessidade de o estado, mais especificamente a secretaria da Saúde, aumentar esse número de vagas disponíveis para as pessoas que necessitam tratar-se e que não dispõem de recursos financeiros.

Assim sendo, com relação aos usuários que têm...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que aqui estão, farei o meu discurso no embalo da fala do nobre deputado Dieter Janssen com relação à essa questão que hoje é de saúde pública: a drogadição.

Acho que todos nós, deputados, recebemos um *e-mail*, se não me engano ontem

ou anteontem, de um cidadão de Navegantes pedindo aos 40 deputados ajuda para conseguir sair das drogas.

Constantemente, e não é surpresa para mim, deputado Serafim Venzon, recebo depoimentos de pais, mães, avós que ao longo do tempo estão sofrendo.

Há hoje disponíveis em Santa Catarina, deputado Darci de Matos, 2.500 leitos de internação tratamento para usuários de drogas e a grande maioria, para não dizer a totalidade, não recebe um centavo sequer, deputado Volnei Morastoni, do governo. O dinheiro do governo federal é inatingível. Sabe aquele negócio que cria as soluções, mas dificulta tanto para a pessoa alcançar que ela acaba desistindo ao longo do caminho. Na verdade, é isso que acontece.

A presidenta Dilma Rousseff, deputado Volnei Morastoni, através de um decreto retirou as clínicas de reabilitação da Saúde e colocou-as na Assistência Social. Porque antes desse decreto, a Vigilância Sanitária exigia que esses estabelecimentos tivessem todo um aparato de um hospital, praticamente inviabilizando o seu funcionamento.

Essa luta vem desde o meu primeiro mandato nesta Casa, há cinco anos, quando comecei a batalhar para que pudéssemos destinar um percentual do Fundo Social, 0,2%, deputado Mauro de Nadal, para as clínicas de reabilitação se adequarem às exigências da Vigilância Sanitária. Porque esse órgão chega às clínicas e exige azulejo até o teto nos banheiros e nas cozinhas, psiquiatra, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfim, a lista de exigências é grande. Mas o mesmo governo que exige de uma entidade que está fazendo alguma coisa para solucionar um problema de governo, não estende a mão para ajudar em nada! Não chega lá e diz que eles têm que colocar o azulejo até o teto, mas que vão dar uma ajuda para fazer isso.

Srs. deputados, no fundo essas entidades estão fazendo um trabalho que o governo deveria fazer, que é o de recuperar os adictos. Porque o problema das drogas hoje não é só com os maloqueiros, é um problema de saúde pública, pois reflete diretamente nos hospitais, nos postos de atendimento e na área de segurança. Os grandes furtos - e como contou o deputado Jailson Lima, que na semana passada roubaram seu carro levando seu *laptop* - são feitos por usuários de drogas, pois eles fazem qualquer coisa para conseguir dinheiro! E não precisamos ir muito longe, basta olharmos aqui da janela em direção ao túnel para vermos ali nos guetos várias pessoas usando drogas!

Então, o governo, seja federal, municipal ou estadual, tem que entender que precisa investir dinheiro nessa área. Temos uma geração doente, deputado Volnei Morastoni, que precisa ser recuperada! Há décadas tivemos o problema da Aids. O governo começou a atuar na prevenção - e faz isso até hoje - e no desenvolvimento de coquetéis para recuperar e dar qualidade de vida aos portadores do vírus. E é isso que deve fazer com relação às drogas, que é o câncer da sociedade! Ela destrói não só a vida do viciado, mas de todos os que estão a sua volta. Na semana retrasada recebi um telefonema de um avô pedindo, pelo amor de Deus, para eu resolver o problema dele, porque seu neto, de 14 anos, havia fugido de uma clínica de recuperação, estava voltando para casa e ele não sabia o que fazer, porque o neto roubava tudo em casa!

Essa é a realidade que estamos vivendo e temos que trazer esse assunto todos os dias a esta tribuna para chamar atenção do

governo, a fim de que entenda que cada real investido na recuperação das pessoas são muitos reais economizados na saúde e principalmente na questão da segurança pública.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, meu cumprimentos pela manifestação, v.exa. tem toda razão no que falou.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que parte do problema é da burocracia de governo federal, que institui programas e as dificuldades para operacionalizá-los nos estados e municípios é grande.

Mas há outra face dessa moeda, tem que haver interesse político e a ação tem que ser rápida e determinada pelo próprio estado.

Na Saúde há as redes de atenção que o ministro Alexandre Padilha propôs: urgência e emergência; Rede Cegonha, na área materno-infantil, e atenção psicossocial. Essas redes fazem parte das novas propostas do ministério da Saúde para viabilizar as políticas públicas da área.

Na área de atenção psicossocial há um conjunto de portarias que instituem a rede de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso do *crack*, álcool de outras drogas no âmbito do SUS.

A Portaria n. 131, de janeiro de 2012, institui incentivo financeiro para custeio de serviços de atenção em regime residencial, incluindo as comunidades terapêuticas.

Então, há dinheiro destinado especificamente a essa finalidade, isso faz parte de uma nova política do ministério da Saúde. Acontece que o estado tem que buscar essas políticas do ministério da Saúde de forma rápida, ágil, e não é isso que está ocorrendo.

Esta semana falei durante o meu pronunciamento que a secretaria da Saúde do estado não está no mesmo ritmo que o ministério da Saúde. E cito como exemplo a rede de atenção de urgência e emergência da Grande Florianópolis, que está engatinhando ainda e em seguida vai para a região nordeste de Joinville e apenas depois para o restante do estado. Isso está ocorrendo num ritmo muito lento e está havendo um descompasso com as políticas do governo federal na área da saúde. São propostas abertas, acessíveis, mas está faltando agilidade, rapidez por parte da secretaria estadual de Saúde. Não sei onde está o problema, mas temos que o identificar.

Ontem houve uma importante reunião em Brasília, da qual não pude participar, para tratar de assuntos do Fórum Parlamentar Catarinense, na qual esteve presente a maioria dos deputados federais, senadores e o ministro Alexandre Padilha. Na ocasião foram discutidos temas importantes, como o repasse de verbas do governo federal aos hospitais de Santa Catarina e, inclusive, o teto financeiro, pois há uma diferença histórica em relação aos outros estados do sul, ou seja, a renda *per capita* do Paraná e do Rio Grande do Sul vale muito mais do que a renda *per capita* do nosso estado. Em outras palavras, um paciente catarinense vale menos perante o ministério da Saúde do que um paciente paranaense ou gaúcho.

Agora, o estado tem que se agilizar para participar desses programas. Tenho em mãos a Portaria n. 131 que instituiu o incentivo financeiro para esse grave assunto que v.exa. aborda neste momento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Entendo perfeitamente o que v.exa. quer dizer e concordo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Kennedy Nunes, concordo em parte com o deputado Volnei Morastoni, mas gostaria de dizer que esse não é um problema apenas do governo do estado de Santa Catarina, os poderes públicos estadual, municipal e federal estão devendo à sociedade no que diz respeito à saúde, ao repasse de verbas, à articulação para criar centros de recuperação para dependentes químicos. Todos os entes públicos estão devendo, estamos em débito porque hoje os centros de recuperação são, na sua grande maioria, mantidos por entidades religiosas. Isso é um absurdo! E os recursos estaduais, municipais e federal onde estão?

Então, deputado Kennedy Nunes, a internação compulsória é fundamental porque um indivíduo que usa drogas não tem discernimento para decidir sobre a sua própria vida, não tem a mínima consciência. Não dá para perguntar para um usuário de drogas se ele quer ser internado ou não! Essa é a verdade.

Precisamos atacar esse assunto fazendo a prevenção, que é fundamental; a recuperação, estruturando as clínicas; e combatendo o tráfico nas fronteiras, com ação da Polícia e do Ministério Público a fim de prender esses bandidos, esses traficantes que estão dizimando a nossa juventude com o tráfico de drogas pesadas e agora também, com as drogas artificiais, sintéticas, que estão surgindo a todo instante no Brasil e no mundo inteiro.

Parabéns, deputado Kennedy Nunes, pelo tema abordado.

Droga é uma droga, fique longe delas!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, v.exa. sabe muito bem do que está falando, pois tem até um livro a esse respeito. E disse muito bem, são os entes federativos, estado, união e município, que devem fazer. O município tem que ter ação, sim, deputado Serafim Venzon! O prefeito tem que se preocupar com isso e não jogar a responsabilidade nos ombros do governador ou do presidente. E uma das nossas defesas são as clínicas públicas que existem no Rio de Janeiro, construídas e mantidas pela prefeitura!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar carinhosamente os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e dizer que temos dois fatos importantes para comemorar, que fazem parte do plano estratégico do governo do estado de Santa Catarina para o extremo oeste.

Há dias estivemos no distrito de Marechal Bormann, no município de Chapecó, ouvindo lideranças e a população. Na oportunidade colocamos o interesse do governo do estado de Santa Catarina, através da secretaria de Infraestrutura, de efetuar melhorias na rodovia que corta aquele distrito e faz a ligação

de Chapecó com o vizinho estado do Rio Grande do Sul. Na ocasião foi solicitada por todas as lideranças a construção de uma rótula que desse mais segurança àquele distrito, principalmente às pessoas que lá vivem, porque há educandários e postos de saúde nas cercanias.

Na verdade, o distrito de Marechal Bormann é uma verdadeira cidade e precisa desse investimento para continuar desenvolvendo-se, mas mantendo a segurança das pessoas que lá vivem e dependem da rodovia para deslocar-se.

Tivemos a felicidade, em decorrência de uma indicação de nossa autoria, de obtermos uma resposta positiva do secretário de Infraestrutura, que nos garantiu que, com o processo de revitalização da SC-470, teremos a construção de uma intercessão do distrito de Marechal Bormann através de um sistema rotatório.

Além disso, também fomos exitosos na solicitação que fizemos ao presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, referente à correção da baixa carga de energia elétrica na região de Pinhalzinho e Palmitos, municípios do extremo oeste de Santa Catarina.

Todo o oeste catarinense tem se desenvolvido bastante nesses últimos anos, tanto o interior quanto as cidades, através dos investimentos em agricultura feitos por um comércio pujante e, acima de tudo, em função dos investimentos das agroindústrias que naquela região se estabeleceram há muitos anos e que levaram aos agricultores a esperança de continuar produzindo alimentos para o nosso país.

Logicamente, todo esse desenvolvimento acabou demandando mais energia para pôr em funcionamento inúmeros equipamentos e atender às novas tecnologias que o agronegócio incorporou à agricultura familiar.

Foi por isso que solicitamos à Celesc que olhasse com carinho essa necessidade do extremo oeste catarinense e que fizesse os investimentos necessários, a fim de que aquele sistema produtivo continue desenvolvendo-se. A vontade das agroindústrias é grande e a vontade da população que lá vive é continuar produzindo. Sendo assim, o estado tem que fornecer a infraestrutura necessária para que esse setor possa continuar num passo firme e forte rumo ao desenvolvimento.

A nossa felicidade, como disse, foi a resposta do presidente da Celesc, dando conta de que para a região de Pinhalzinho haverá um aumento de 50% da oferta de energia ainda este ano, com a instalação da terceira unidade.

Isso é muito importante e a região vai aplaudir essa decisão do presidente da Celesc, da mesma forma que a regional de Palmitos aplaudirá a construção da nova subestação em Mondaiá, que terá início ainda em 2012 com sua conclusão prevista para 2013.

Dessa forma, sr. presidente, os investidores, os agricultores e os empresários terão mais segurança para continuar trabalhando no extremo oeste e gerando riquezas para o estado de Santa Catarina.

Há poucos anos tivemos a inauguração de uma importante hidroelétrica em nossa região, que é a Usina Foz de Chapecó. Muitas pessoas, principalmente os agricultores, que não têm conhecimento técnico sobre área, perguntam: "Como é que mesmo depois da inauguração de uma hidroelétrica bem pertinho da nossa casa não temos energia suficiente para abastecer o interior? Agora temos uma resposta a todos os municípios que clamavam por esse investimento, pois teremos neste ano e no ano que vem a solução para o

problema da falta de energia elétrica em nossa região.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. está falando das obras, dos pleitos e das necessidades do oeste catarinense, sua região e do deputado Maurício Eskudlark, mas, sobretudo, região da agricultura, porque o oeste é um celeiro do estado e do Brasil.

Então, queremos ratificar e reforçar que por ação desta Casa e com sua participação efetiva, foram destinados R\$ 60 milhões para a prevenção das secas, que é o grande mal do oeste do estado.

Agora, quando v.exa. fala de agricultura eu me animo, porque sou técnico agrícola, embora more numa cidade eminentemente industrial há 36 anos, mas temos lá a produção de hortaliças, floricultura e arroz irrigado.

Eu sempre digo que a vocação do Brasil é agrícola, é a produção de alimentos. O grande obstáculo que o mundo vai enfrentar nas próximas décadas é a escassez de alimentos. Essa é a razão pela qual os americanos estão adquirindo áreas agricultáveis no Brasil.

Nós temos 300 milhões de hectares de terras agricultáveis. Nós somos um país continental. Nós temos neve em São Joaquim ao mesmo tempo em que o Sol brilha e o calor aperta no nordeste. Mão-de-obra nós temos também. Ou seja, somos o celeiro do mundo.

Então, precisamos investir em tecnologia e precisamos valorizar a nossa agricultura, o que não está acontecendo. Vejam os produtores de arroz: há cinco anos vendiam uma saca de arroz a R\$ 38,00 e hoje estão vendendo a R\$ 25,00. Meu Deus do céu! É preciso ter muita coragem e muita força para sobreviver. Quem coloca o alimento na nossa mesa tem que ser mais valorizado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pelo tema abordado e Santa Catarina e o Brasil têm que valorizar mais e investir mais na produção agrícola.

Nós temos o ouro branco, o leite, que hoje dá uma boa renda mensal aos nossos produtores, dá-lhes estabilidade. O que precisamos é melhorar cada vez mais a qualidade de vida da gente do campo e investir na prevenção às secas.

Então, parabenizo v.exa. pelo tema abordado e por sua luta constante em defesa de Santa Catarina e especialmente da sua região.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark, e com muita satisfação incorporo suas palavras e as do deputado Darci de Matos ao meu pronunciamento.

O deputado Darci de Matos tocou num assunto importante. Ontem o deputado Manoel Mota presidiu a reunião da comissão de Agricultura, ocasião em que foram tratados dois temas importantíssimos. Um deles foi a aplicação dos R\$ 60 milhões que este Parlamento, de uma forma inteligente, destinou à região por conta da estiagem.

Evidentemente que esses recursos não servirão para custear as despesas e os prejuízos suportados pelos agricultores, porque

o objetivo primeiro de toda essa discussão foi elencarmos projetos a serem desenvolvidos lá no interior, para que o agricultor possa amenizar o problema da estiagem, porque água existe em abundância no oeste catarinense, o problema são os dois meses de estiagem. O que fazer? Justamente armazenar água durante o período de fartura para utilizar na época da estiagem, seja para os animais, seja para irrigação.

Então, são projetos dessa natureza que precisamos agora discutir com as comunidades, discutir com os prefeitos, com os vereadores, com as agroindústrias da região. Eles precisam ajudar a definir qual o melhor investimento para esse recurso.

Há alguns projetos exitosos que podem servir de exemplo. Se formos ao município de São Carlos, vamos perceber um sistema de abastecimento de água para as famílias do interior. Se formos a Águas de Chapecó e a Caxambu, veremos que há bons projetos funcionando e atendendo efetivamente ao nosso agricultor.

Agora, não podemos simplesmente, de cima para baixo, colocar nos projetos aquilo que imaginamos ser o mais correto, a exemplo de tantos projetos que vêm de Brasília para atender a algumas necessidades pontuais, mas que muitas vezes não servem para a realidade dos nossos municípios. Muitos recursos são alocados sem que o resultado seja satisfatório porque o projeto não foi localmente discutido, ainda mais num país como o nosso, com as diversidades que tem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Mauro de Nadal, parabenizo v.exa. pelo tema abordado e quero dizer-lhe que esse assunto foi calorosamente debatido na reunião da comissão de Finanças, da qual também faço parte.

Gostaria de ressaltar que a sensibilidade do Parlamento prevaleceu no momento da aprovação daquele projeto, porque o que fizemos foi propiciar que os agricultores do oeste tenham um pouco de conforto, de dignidade. São mais de 40 mil famílias atingidas pela estiagem; são mais de 70 municípios assolados por essa grande seca que se abateu principalmente sobre o extremo oeste e oeste de Santa Catarina.

Evidentemente que o deputado Jean Kuhlmann resistiu muito, mas temos que pensar no estado como um todo. O cobertor é pequeno, como diz o gaudério, se você tapa a perna, fica o pescoço de fora. Então, temos que contemporizar.

Se cada um quiser lutar somente pela sua região, o deputado Manoel Mota, que é o vice-presidente da comissão, lutará pela barragem do Rio Salto, que é uma prioridade acalentada há mais de 30 anos no sul catarinense.

Quando estamos diante de uma situação emergencial, precisamos atacar os focos específicos mais urgentes. E, por essa razão, penso que o Parlamento, principalmente a bancada do oeste, foi sensível, assim como o próprio governador do estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço o presidente da comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Mauro de

Nadal e dizer que ontem, na reunião da comissão de Agricultura, analisamos o requerimento de v.exa. para tratar de alguns temas importantes.

Pensávamos que os R\$ 60 milhões aprovados pudessem ser utilizados para cobrir as perdas dos agricultores. Mas não! Esses recursos se destinam a investimento em projetos para prevenir futuros problemas com a estiagem.

A região sul sofre com as enchentes, mas em nenhum momento pedi que parte desses recursos fosse utilizada, por exemplo, na barragem do rio do Salto, como disse aqui o eminente deputado Valmir Comin, que é uma prioridade nossa. Por quê? Porque entendemos que o oeste, neste momento, passa por uma situação difícil e por isso precisávamos ser solidários.

Assim, cumprimentamos v.exa., que vem defendendo o oeste de Santa Catarina com veemência.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputados Valmir Comin e Manoel Mota.

Concluo minha fala, sr. presidente, parabenizando este Parlamento pela maturidade e sensibilidade na votação da emenda que garantiu o aporte de R\$ 60 milhões para que possamos construir projetos e amenizar a vida dos agricultores do estado de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, hoje quero falar sobre a duplicação da SC-486, que é a rodovia Antônio Heil, que liga Itajaí a Brusque. Trata-se de uma importante rodovia estadual tanto para o turismo quanto para o escoamento da produção de toda a laboriosa região do vale do Itajaí.

Ontem à noite realizamos uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Itajaí, proposta pelo vereador Marcelo Werner, do PCDoB, com a participação de muitos vereadores da cidade e também com a presença da prefeitura, da Univali, do Deinfra, da secretaria do Desenvolvimento Regional, com a minha presença e a do deputado Dado Cherem.

A rodovia Antônio Heil precisa urgentemente ser duplicada. Há muitos anos que sucessivos governos do estado constatam essa necessidade, prometem a obra, mas protelam-na. Agora, entretanto, creio que ela está na ordem do dia, porque o anteprojeto de duplicação está sendo ultimado pela Prosul, contratada pelo Deinfra.

Segundo o Deinfra, no início de agosto teremos duas audiências públicas, uma em Itajaí e outra em Brusque, a fim de tratar dessa duplicação, com a apresentação do projeto que deverá ser incluído dentro dos recursos do BID VI.

Realmente é urgente, é urgentíssima essa duplicação. Hoje, transitam nessa rodovia mais de 25 mil veículos por dia. Eu lembro quando um número ainda inferior a esse, ou seja, 24 mil veículos por dia era a estatística que exigia a duplicação da BR-101, deputado Dieter Janssen.

A SC-486 está extremamente saturada. Há um trecho já inserido dentro do

perímetro urbano de Itajaí e outro dentro da região urbana de Brusque. Por parte de Brusque as iniciativas foram mais ágeis e já nos próximos dias terá início a duplicação dentro do seu perímetro urbano, numa ação encabeçada pelo prefeito Paulo Eccel, que junto com os empresários debateu nos últimos dias alguns detalhes para que a implementação seja urgente naquele município.

Há pontos tão críticos que não poderão esperar pela duplicação, porque ela entra na apresentação do projeto. Agora, depois de todo o processo licitatório, o início de uma obra como essa vai demorar um tempo sempre considerável. Assim, em virtude dos graves acidentes e do congestionamento infernal, não se pode mais ficar esperando pela duplicação.

Por isso, em decorrência dessa audiência pública, faço um apelo ao governo do estado, através do Deinfra, para que resolva vários pontos críticos ao longo dessa rodovia, antes mesmo que a duplicação aconteça. E um desses pontos fica no entroncamento com a BR-101, onde os congestionamentos são enormes porque há falta de mobilidade, há falta de vazão. Logo adiante, indo no sentido Itajaí/Brusque, há um ponto de conversão extremamente difícil, pois se entra para uma localidade chamada Rio do Meio, onde estão muitos terminais petrolíferos. Seguindo, há outro ponto já numa localidade chamada Itaipava, onde estão instaladas grandes empresas como a Colcci, a Multilog e onde se adentra para o Parque do Agricultor do município de Itajaí e para uma comunidade chamada Baía. Já o KM 12 é um dos pontos mais críticos da rodovia, pois lá ocorrem acidentes graves, com perda de vidas.

Não é possível que a engenharia do Deinfra não possa resolver isso emergencialmente, enquanto continuamos aguardando que a duplicação de fato aconteça. Não dá para ficar esperando um ano, dois anos para que as obras de duplicação sejam iniciadas, pois continuam acontecendo acidentes gravíssimos.

Um pouco mais adiante, srs. deputados, vamos encontrar outro ponto crítico, justamente onde está situada a Epagri de Itajaí, que é referência no estado de Santa Catarina. Por aquela estação experimental passam mais de 15 mil visitantes por mês e há muitos ônibus transportando estudantes ou visitantes, que têm sua travessia dificultada porque para sair e acessar a rodovia existe uma subida, um aclive. Então, os ônibus ficam muito tempo parados na subida esperando para entrar na rodovia.

Esse mesmo local que acabei de descrever também é um ponto de conversão para que se entre nas comunidades de KM 12 e Paciência. E realmente é necessária muita paciência para adentrar em Paciência, uma importante comunidade de Itajaí.

Mas o importante é que enquanto aguardamos a duplicação da rodovia Antônio Heil, o governo do estado resolva urgentemente esses pontos críticos gravíssimos, porque não dá mais para temporizar.

Estive visitando, juntamente com o deputado Dado Cherem, vários pontos dessa rodovia. Na região do Limoeiro, que pertence a Brusque, a cada chuva um pouco mais intensa há alagamentos que inundam as casas e as empresas ali instaladas. A solução desse problema não acontecerá enquanto não se duplicar a rodovia e as pessoas têm que se conformar com a perda frequente e continuada dos seus bens em decorrência das chuvas e enxurradas.

Numa das únicas reuniões que fizemos na comunidade há um mês, falamos sobre essa situação também grave que apenas aqueles que vivem isso no dia a dia podem aquilatar. Muitas vezes os técnicos do governo não se sensibilizam, mas é necessário que, assim que o projeto estiver concluído, tomem-se providências nesses pontos críticos.

Portanto, esse é o apelo que faço com respeito a essa importante audiência pública que aconteceu ontem na Câmara de Vereadores de Itajaí, com intensa participação da comunidade e que resultou de muitas outras reuniões realizadas pela comunidade ao longo da chamada estrada de Brusque, que também precisa de iluminação, porque está totalmente às escuras.

Então, renovo o apelo ao governo do estado para que, ao mesmo tempo em que é agilizada a duplicação, antecipe obras para livrar a população de situações gravíssimas nos pontos críticos que acabei de relatar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0028/2012, de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0042/2012, de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Comunica ainda que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0354/2011, de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título e que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0580/2011, de entidade social, também encaminhando documentação para a manutenção do título.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0233/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0234/2012, de autoria do deputado Reno Caramori e da bancada do Partido Progressista, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência informa que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0517/2012 e 0528/2012, de autoria do deputado Dado Cherem.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Angela Albino e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, às 10h, conforme calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 326, de 22 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0908/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art.3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **WALBIA SALETE BITTENCOURT CORREA**, matrícula nº 1022, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO CONGRESSO NACIONAL, EM PARCERIA COM A BANCADA FEMININA DA ALESC, COM A COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER DA ALESC E COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, DESTINADA A INVESTIGAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL, REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO DE 2012, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DA ALESC**

Aos quatro dias do mês de maio de 2012, às 14h, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), realizou-se audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, em parceria com a Bancada Feminina da Alesc, com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e com o Ministério Público, destinada a investigar a violência contra a mulher no Brasil. A senhora **mestre de cerimônias, Juliane Gonçalves Rocha**, chamou para compor a mesa de trabalhos a Deputada Estadual Ana Paula Lima, 4ª Secretária da Alesc e Coordenadora da Bancada Feminina da Alesc; a Deputada Federal Jô Moraes, do Estado de Minas Gerais, Presidenta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional; a Senadora Ana Rita, do Estado do Espírito Santo, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; a Deputada Federal Carmen Zanotto; a Deputada Federal Luci Choinacki; e a Deputada Estadual Angela Albino. Ato contínuo, registrou a presença de Júlio César Ferreira de Melo, Juiz-Corregedor, representando o Desembargador Cláudio Barreto Dutra, Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Alexandre Karazawa Takashima, Juiz-Corregedor, representando o senhor Vanderlei Romer, Corregedor-Geral de Justiça; Maria Amélia Borges Moreira Abbad, Promotora de Justiça e membro do Grupo Nacional de Direitos Humanos na Comissão contra a Violência Doméstica, representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Selma Elias Westphal, coordenadora Estadual da Mulher - CEM; Juliana Renda Gomes, Delegada da 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher; Clair Castilhos Coelho, secretária-executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Justina Inês Cima, coordenadora Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas; Maria de Lourdes Mina, coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina; Mapi Cravo, gerente de Logística de Eventos Esportivos, representando o senhor Adalir Pecos Borsatti, presidente da Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte); Edula Mafra Silva, vice-presidenta da Federação Catarinense das Mulheres; Vanda Gomes Pinedo, coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado; Janaina Deitos, representando a senhora Jerusa Machado, presidenta da Federação Catarinense de Mulheres; Denise de Siqueira, da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SC; Daniel Valois, presidente do Instituto Socioambiental Campeche, do Município de Florianópolis; Miriam Grossi, coordenadora do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC; Neli Ferreira, Vereadora do Município de Canelinha; Maria Emília de Souza, coordenadora do Fórum Regional de Blumenau pela Implementação da Lei Maria da Penha; Mara

Feldmann, das Promotoras Legais Populares; Jucélio Paladini, presidente do PCdoB do Município de Florianópolis; Gabriel Kazapi, presidente do PPS de Florianópolis; Eliete Maria de Lima, representando a senhora Magali Régis Franz, presidenta do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina; Melissa Cabral, representando o senhor Hamilton Pacheco da Rosa, Secretário de Defesa e Segurança do Município de Florianópolis; Sheila Sabag, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Condin/Florianópolis; Jurema Ramos dos Santos, diretora da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (Amuc); Ana Paula Santos Schmitz, assessora parlamentar, representando o Vereador Renato Geske, do Município de Florianópolis; Marli Leandro, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Vestuário de Brusque e Guabiruba; Zeli da Silva, presidente do Sindicato do Vestuário e Têxtil dos Trabalhadores do Município de Rio do Sul e Região; Yara Regina Miotti, presidenta da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Município de Florianópolis; Janete Teixeira, ex-Vereadora do Município de Florianópolis; Márcia de Souza de Oliveira, coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social, representando a senhora Maria Juçara Pamplona, Secretária de Desenvolvimento Social do Município de Itajaí; Maria Formentin Dias, conselheira do Conselho Regional do Idoso, representando a presidenta Kátia Freitas; Kátia de Macedo Rebelo, coordenadora do Núcleo de Prevenção das Violências - Promoção da Saúde e Cultura da Paz, da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis; Dirlei Magnani, representando o Deputado Estadual Neodi Saretta; Raquel Felau Guisoni, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil/SC; Maria Esonita Schmitt, representando o senhor Cleverton João Batista, Secretário de Desenvolvimento Regional do Município de Blumenau; Doronei Pereira Silveira, presidente do Instituto Semeiar do Município de Florianópolis; Mariluci Deschamps Rosa, Vice-Prefeita do Município de Gaspar; Juci Mara Tomas, representando o Deputado Estadual Pedro Baldissera; Caroline Wollinger, representando o senhor Renato Hinnig, Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; Suzane Reinke, Vereadora do Município de Massaranduba; Shirlei Cardoso, representando o senhor Eurides Luiz Mescolotto, Presidente da Eletrosul; Lucélia Maria Araldi Lessmann, representando o Senador da República Paulo Bauer; Elaine Otto, secretária-geral do PPS do Município de Florianópolis; Jefferson Fonseca, presidente do Instituto Teotônio Vilela/SC; Stela Maris Duarte, representando a senhora Juliana Rigo, Secretária de Saúde do Município de Blumenau; Ivete Maria Daniel Olivo, representando a senhora Eliane Luzia Schmidt, superintendente Regional Sul do INSS; Nilta Lídia Espíndola Santos, representando o senhor Clécio Antônio Espezim, Secretário de Saúde do Município de Florianópolis; Padre Pedro Koehler, do Imperial Hospital de Caridade e o Arcebispo Metropolitano Dom Wilson Tadeu Jönck; Neusa Teresinha Teixeira Ramos, da Rádio Comunitária Canelinha FM - Programa Mulheres em Foco; Estela Maris Cardoso, vice-presidenta nacional da União de Negros pela Igualdade; Mirtes Piovezan, presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Isolete Rottini, conselheira do Conselho da Mulher, do Município de Joinville; Edite da Silva, gerente da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e coordenadora municipal do

Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicas; e Alcenira Vanderlinde, da União Brasileira de Mulheres (UBM). Na sequência, passou a palavra à **Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidenta da audiência e Coordenadora da Bancada Feminina da Alesc**, que, iniciando a audiência pública, disse que a Bancada Feminina da Alesc elaborara um calendário de encontros regionais a respeito da violência doméstica contra a mulher, em parceria com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, com o Conselho Estadual de Direitos da Mulher, com o Ministério Público Estadual, com o Fórum Estadual Maria da Penha, além da CPMI do Congresso Nacional. Dito isso, informou que ocorreriam sete encontros regionais para debater a violência contra a mulher, anunciando que naquele momento seria apresentado um vídeo para que todos tomassem conhecimento do local onde seriam realizados aqueles encontros, além de apresentar alguns dados sobre a situação daquele tema no Estado de Santa Catarina. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.] Após a apresentação do vídeo, a senhora Presidenta informou que a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa era composta por quatro Parlamentares Estaduais, quais sejam, ela e as Deputadas Luciane Carminatti, Angela Albino, Dirce Heiderscheidt e Ada De Luca, que no momento era Secretária da Justiça e Cidadania de Santa Catarina. Também informou que no primeiro mandato foram priorizadas as questões de gênero e que denunciaram a omissão do governo do Estado de Santa Catarina nas políticas de proteção às mulheres. Prosseguindo, disse que discutiam constantemente com o movimento de mulheres as questões que afetavam o seu cotidiano, que tinham que ser ao mesmo tempo mães, esposas, trabalhadoras, cuidadoras e filhas. Comunicou que realizaram três Conferências de Políticas para Mulheres nas instâncias municipais, estaduais e federal, as quais reuniram milhares de mulheres das áreas rural, urbana, indígena, quilombola e de florestas. Também disse que foi criada no Legislativo de Santa Catarina, em 2009, a Bancada Feminina e que atualmente era constituída de quatro mulheres, o que representava 10% do Parlamento Catarinense. Contudo, afirmou que naqueles anos tinham vivenciado a omissão do governo do Estado em relação à construção e à execução de políticas públicas voltadas para as mulheres. No que se referia aos equipamentos públicos para coibir e erradicar a violência contra a mulher, prevista na Lei Maria da Penha, simplesmente o Estado de Santa Catarina ignorou, salientando que o único que foi construído, mas nunca entrou em funcionamento e atualmente se encontrava abandonado, foi no Município de Rio do Sul. Ato contínuo, deu conhecimento de que somente no ano passado o Estado somou, pelos dados verificados pela assessoria da Bancada Feminina no momento anterior, 41.971 mil ocorrências, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública, sendo que 31.317 mil ocorrências eram ameaças, lesões corporais, estupro, tentativas de estupro, tentativas de homicídios e homicídios, cujas vítimas eram mulheres. Acrescentou que foram 11.579 mil Boletins de Ocorrência registrados de violência contra a mulher em Santa Catarina, de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, contra 9.623 mil registros feitos em igual período no ano de 2010. Ainda informou que em 2007 ocorria em Santa Catarina um crime contra a mulher a cada 2 horas e 45 minutos e que em 2011 passou a um crime a cada 46 minutos, avaliando que a violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina chegava às raias do absurdo. Isso posto, disse que, segundo a Coordenadoria Estadual da Mulher, existiam 23 delegacias especializadas em atendimento à mulher no Estado de Santa Catarina, contando que as delegacias ditas especializadas em atendimento à mulher, na verdade, eram delegacias de proteção à mulher, à criança, ao adolescente e ao idoso, ou eram delegacias que atendiam a todos os delitos, reservando uma sala para o atendimento à mulher em situação de violência. Continuando, ressaltou que as delegacias funcionavam em horário comercial, das 8 horas às 18 horas, destacando que não funcionavam à noite e que nos finais de semana e nos feriados as delegacias ficavam fechadas. A seguir, frisou que era naquele período que ocorria a grande maioria de ataques e agressões às mulheres; que depois das 18 horas só funcionava o telefone 190 da Polícia Militar, além da absoluta ausência de funcionários, de escrivães, de policiais e também da capacitação para o atendimento às mulheres vítimas de violência. Ante o exposto, avaliou que não existia nenhum organismo público que congregasse dados referentes à violência doméstica contra a mulher, bem como nenhum seguia normatização definida pela Secretaria Especial de Políticas Públicas

para as Mulheres. Prosseguindo, destacou que Santa Catarina foi o penúltimo Estado da Federação a assinar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, em novembro do ano passado, informando que, contudo, aquele pacto não havia saído do papel. Dito isso, comunicou que no ano corrente ocorreu a repactuação em quatro Estados, a qual previa recursos para instalação de equipamentos sociais, citando delegacias, casas abrigos, centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência, formação e capacitação de pessoal para promover a intersetorialidade entre as políticas públicas, e frisou que Santa Catarina acessou nada daquilo. Continuando, manifestou esperar que com a vinda da CPMI ao Estado de Santa Catarina o governo não se omitisse mais em relação às políticas públicas para as mulheres e, principalmente, ao enfrentamento à violência doméstica. Ante o exposto, conclamou o governo do Estado a fazer a sua parte como gestor das políticas públicas para as mulheres. Na sequência, informou que a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, juntamente com o Ministério Público e o Movimento de Mulheres, estava realizando no mês em curso encontros regionais, sendo o próximo no dia 11 de maio, no Município de Criciúma, para debater a violência doméstica contra a mulher no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de traçar uma radiografia da implementação da Lei Maria da Penha no Estado. Ainda informou que, se a CPMI permitir, encaminharia a todos aquele relatório, o qual provaria a omissão total por parte do Executivo Estadual. Em seguida, parabenizou as valorosas Deputadas Jô Moraes, Carmen Zanotto e Luci Choinacki e a Senadora Ana Rita por estarem percorrendo o País em defesa de mulheres e homens que sonhavam como um mundo sem violência e agradeceu-lhes por terem vindo ao Estado de Santa Catarina para fazerem o diagnóstico no Estado. Prosseguindo com a audiência, a senhora Presidenta passou a coordenação da audiência à **Deputada Federal Jô Moraes/MG, Presidenta da CPMI**, que inicialmente agradeceu ao Deputado Estadual Gelson Merisio, Presidente da Alesc, por ceder aquele espaço para que a CPMI instalasse os seus trabalhos; à Bancada Feminina do Estado de Santa Catarina pela enorme parceria e por ter compartilhado aquela oportunidade; a todas as entidades e instituições pela presença; a todos os servidores da Alesc; e às autoridades que compareceram à audiência para construir uma nova política, mais ousada, mais agressiva, de combate à violência contra a mulher. Ato contínuo, fez um agradecimento especialmente às Deputadas Carmen Zanotto e Luci Choinacki, que na CPMI não só partilhavam das preocupações como também foram ágeis na apresentação do requerimento para que o Estado de Santa Catarina fosse o terceiro visitado por aquela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A seguir, declarou aberta a 13ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e de apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Feito o registro, passou a palavra à **Senadora Ana Rita/ES, Relatora da Comissão**, que após os cumprimentos de praxe agradeceu especialmente à Deputada Federal Jô Moraes, que, juntamente com ela, se esforçava para cumprir o cronograma apresentado nas primeiras reuniões da CPMI por ocasião da programação de trabalho. Dito isso, informou que naquela manhã foram visitar a 6ª DP para conhecerem um pouco o funcionamento dela e que conversaram com a delegada. Em seguida, contou que estiveram no Centro de Referência, que apresentou algumas informações de atendimento realizado naquele Centro e que também estiveram no Tribunal de Justiça conversando com o Presidente do Tribunal e com os Desembargadores que lá estavam. Prosseguindo, comunicou que tiveram uma reunião com as entidades da sociedade civil, que fizeram um relato da situação do atendimento do Estado de Santa Catarina. Em seguida, esclareceu a todos os presentes que aquela audiência pública, bem como todas as que estavam sendo realizadas em todos os Estados, tinha caráter diferenciado daquelas audiências públicas que normalmente todos eram acostumados a participar, pois ela inquiria as autoridades locais para que prestassem os devidos esclarecimentos que a CPMI necessitava para construir o diagnóstico da situação de violência em que viviam as mulheres do Brasil. Continuando, deu conhecimento que num primeiro momento encaminharam para as autoridades do Estado de Santa Catarina diversos pedidos de

informação, citando o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Comentou ter recebido o retorno do pedido do Tribunal de Justiça durante a visita que foi realizada naquela manhã e salientou que não recebeu retorno nem por parte do governo do Estado, nem por parte do Ministério Público, nem da Defensoria Pública, que ficaram sabendo não existir. Ante o exposto, frisou que era importante que aquelas informações chegassem à CPMI naquela tarde, pois se não chegassem naquele dia teriam que ser tomadas outras providências. Prosseguindo, reafirmou que o caráter daquela audiência pública era de inquirir as autoridades para que prestassem as informações que a CPMI estava exigindo, e não fazer apenas um debate sobre a situação em que viviam as mulheres vítimas de violência. Feito o registro, disse que iria fazer uma introdução e elencar alguns questionamentos, uma vez que, como Relatora, precisava daquelas informações, que estavam sendo solicitadas a todos os Estados e que ali tinham uma especificidade, esclarecendo que a partir delas iriam fazer algumas perguntas mais específicas para o Estado de Santa Catarina. Em seguida, passou a ler que a violência contra mulheres era um dos mais graves impeditivos ao pleno exercício da cidadania feminina. Disse que, além disso, ela dificultava o desenvolvimento econômico do País, impactava negativamente a saúde pública, impedia o aprofundamento da democracia no Brasil e tinha profunda repercussão na vida cotidiana das mulheres. Continuando disse que havia vários obstáculos à superação das violências contra as mulheres, como a cultura institucional de violação aos direitos das mulheres, o sistema patriarcal institucionalizado, o senso comum dos juristas e a omissão do Estado. [*Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.*] Ato contínuo, disse que foi exatamente para investigar essa omissão estatal que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) foi criada, afirmando que a CPMI é um instrumento do Congresso Nacional para investigar a situação da violência contra mulher no Brasil e para apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Continuando, declarou que por esse motivo e pelo requerimento das Deputadas Luci Choinacki e Carmen Zanotto estavam presentes à audiência, ou seja, para investigar o tratamento que as mulheres de Santa Catarina estavam recebendo do Poder Público, e falou que, para tanto, as informações prestadas pelos Estados eram fundamentais ao trabalho deles, lamentando não terem recebido com antecedência as informações oficiais das instituições públicas do Estado catarinense e dizendo que até aquele presente momento o Poder Executivo estadual, o Ministério Público e a Defensoria Pública, nesse caso, não remeteram as informações solicitadas. Diante disso, registrou estarem concedendo o prazo de uma semana, a partir daquela data, para que aquelas instituições fornecessem as informações e declarou que, se as referidas informações não chegassem dentro do prazo estipulado, eles convocariam as autoridades deste Estado para prestarem aquelas informações em Brasília, reiterando que para aquela audiência pública eles foram convidados, mas para Brasília seriam convocados a prestar os devidos esclarecimentos. Em seguida, disse que era dever dos Poderes Públicos (Executivo, Judiciário e Legislativo) atuarem para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres e que o Congresso Nacional estava fazendo a parte dele ao criar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, assim como fez ao criar a Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Posto isso, afirmou que os índices de violência no Brasil eram assustadores e deveriam envergonhar todos os gestores e todas as instituições públicas; que a complexidade da violência doméstica e as novas vulnerabilidades expunham as mulheres a diferentes formas de violências, a exemplo do que ocorria com o *crack* e a criminalidade organizada; e que os Poderes Públicos deveriam responder àquelas novas violências e de prevenir àquelas vulnerabilidades. Dito isso, acrescentou que, da mesma forma, as diferenças entre campo e cidade, assim como os marcadores de raça/etnia, idade, orientação sexual, deficiências, dentre outros, impõem que se pense no acesso de todas as mulheres aos serviços públicos. Prosseguindo, declarou que, de acordo com o Instituto Sangari, nos últimos dez anos houve aumento no número de mortes violentas de mulheres e que desde 1997 se observou uma taxa mais ou menos constante, isto é, morrem mais de quatro mil mulheres no Brasil anualmente, acrescentando que diminuir a taxa de femicídios era um desafio que os Estados deveriam perseguir com obstinação. A seguir, observou que, embora Santa

Catarina ocupasse a 23ª posição no *ranking* nacional, a falta de equipamentos públicos permitia a eles deduzir que aquele dado espelhava antes a subnotificação dos casos do que uma situação de harmonia social e igualdade de gênero. Ato contínuo, declarou que passaria aos questionamentos iniciais que preocupavam a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Dito isso, afirmou que faria os questionamentos com as autoridades presentes e que esperava que todos estivessem representados, falando que depois a Deputada Choinacki, com certeza, iria convidá-los a responder, mas que via na audiência o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e duas representações do Poder Executivo. Continuando, declarou que Santa Catarina era um Estado com 293 Municípios e com população de 6 milhões de habitantes, no qual mais de 50% eram mulheres. Contudo, segundo levantamento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, existiam apenas 2 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) e 18 Delegacias comuns com alguma forma de atendimento especializado à mulher. Posto isso, observou que havia diferenças naqueles números, pois mais cedo receberam na audiência o informe sobre cinco Delegacias, no entanto, havia informação do governo federal de que existiam apenas duas, registrando ser importante que depois se colocasse exatamente a quantidade de delegacias especializadas de atendimento à mulher no Estado de Santa Catarina. Em seguida, falou que as delegacias eram importantes equipamentos para recebimento das ocorrências das mulheres, ressaltando que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher foram criadas para atender bem às mulheres. No entanto, para que aquelas ocorrências fossem adequadamente processadas era necessária capacitação permanente dos policiais e abrangência territorial cada vez maior. Prosseguindo, disse que naquele dia pela manhã, na diligência que realizaram, chamou-os a atenção o fato de que nenhuma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher atendia exclusivamente à mulher, pois, além de mulheres, todas atendiam crianças, adolescentes e idosos, acrescentando que aquela junção de "vulnerabilidades" no espaço das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher desvirtuava totalmente a finalidade para a qual foram criadas. Além disso, expunha as mulheres a riscos desnecessários, pois no mesmo espaço estão mulheres agredidas, e adolescentes em conflito com a lei. Posto isso, registrou ter sido relatado caso em que mulheres estavam buscando ajuda na delegacia quando um bando de adolescentes invadiu a delegacia para "resgatar" o colega que fora apreendido. Na sequência, declarando que a CPMI considerava inaceitável a existência de delegacia híbrida, que misturava atendimentos e que poderia colocar em risco a vida das mulheres, perguntou como a Secretaria da Segurança Pública resolveria aquele problema em curto prazo; quando o Estado de Santa Catarina e Florianópolis teria delegacias exclusivas para as mulheres; se havia dotação orçamentária no ano em curso para esta finalidade; quantos cursos de capacitação foram ofertados aos profissionais do Estado; qual o número de profissionais capacitados; se a capacitação é permanente; de quanto em quanto tempo ela é oferecida; se os policiais militares também recebem capacitação; qual o orçamento que a Secretaria da Segurança destinou em 2011 para a implementação das delegacias da mulher no interior; qual a estrutura das delegacias comuns que recebem registros de violência contra mulheres; e se há servidores em número suficiente. A seguir, informou que quando se falou em servidores e números suficientes não eram apenas policiais, escrivãs e delegadas, mas também técnicos da área social, assistentes sociais, psicólogos, para que pudessem fazer o atendimento multidisciplinar. Continuando, perguntou se no registro de ocorrência policial havia campo de identificação para os crimes da Lei Maria da Penha; quantas medidas protetivas eram encaminhadas mensalmente ao Poder Judiciário; quantos inquéritos eram encaminhados ao Ministério Público; quantas delegacias especializadas de atendimento à mulher existiam no Estado e quantas estavam equipadas e em funcionamento; e qual o efetivo destas delegacias e que tipo de formação tiveram. Ato contínuo, informou que faria alguns questionamentos com relação à violência sexual contra as mulheres, dizendo que as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres não foram criadas para atender especificamente a violência doméstica, mas toda e qualquer violência contra mulheres. Ainda informou que na diligência daquela manhã ficaram sabendo que a Delegacia da Mulher da Capital atuava em forma conjunta com as Unidades de Saúde no que se referia ao atendimento a mulheres que sofreram

violência sexual. A seguir, perguntou se aquele procedimento poderia ser detalhado; se o protocolo utilizado no atendimento era proveniente do Estado ou do Município de Florianópolis; como era o atendimento no restante do Estado; que providências estavam sendo tomadas para que as DEAMs tivessem estrutura para realizar plenamente a sua atividade, incluindo o registro e investigação dos crimes sexuais; que hospitais estavam realizando o serviço de abortamento legal na Capital e no interior; se os equipamentos cobriam todo o Estado. Com relação aos Juizados de Violência Doméstica, disse que a Lei Maria da Penha determinava que o Poder Judiciário instalasse Varas ou Juizados de Violência Doméstica contra Mulheres com equipe multidisciplinar. Dito isso, perguntou qual a perspectiva para a criação de Varas no interior do Estado; quantas Varas existiam atualmente no Estado; especificamente, quantas existiam na Capital, ou na região metropolitana, e no interior; se as Varas especializadas tinham dupla jurisdição (criminal e familiar), como determinava a Lei Maria da Penha; ainda no que se referia à violência doméstica, quantos agressores foram condenados nos últimos quatro anos; das medidas protetivas solicitadas, quantas foram concedidas; se as medidas estavam sendo concedidas no prazo legal; e quantos processos tramitavam nas Varas especializadas. Com relação à rede especializada de atendimento, conforme informação da Secretaria de Mulheres, disse que existiam apenas 3 casas abrigo no Estado, que possuía 293 Municípios. Posto isso, perguntou qual a média mensal de mulheres atendidas em cada uma delas; se elas eram capazes de cobrir a demanda de todo o Estado; se não, quando seriam instaladas novas unidades; como a transversalidade de gênero, raça, orientação sexual, deficiências e outras eram incorporadas nas políticas de acolhimento às mulheres; e que medidas eram desenvolvidas para integrar as mulheres soropositivas nas políticas públicas, já que atualmente o HIV/AIDS se apresentava como fator de vulnerabilidade das mulheres. Também informando só existirem cinco Centros de Referência, perguntou qual era a proposta do governo para ampliar o número desses serviços, para que pudessem atender a todas as mulheres. Considerando a decisão do STF de que o Estado terá que constituir a Defensoria Pública até o próximo ano, perguntou como estava a preparação daquela constituição da Defensoria Pública; como funcionava a Defensoria Dativa e quantos profissionais havia trabalhando no atendimento às mulheres por aquele modelo; qual procedimento era tomado quando uma mulher dava entrada em emergências hospitalares após sofrer violência doméstica; quem era notificado; e onde estavam aqueles dados. Com relação à questão dos organismos de atendimento às mulheres, afirmou que os organismos de mulheres eram peça-chave na implementação de políticas públicas com transversalidade de gênero, raça/etnia, geração, dentre outros marcadores, dizendo que atualmente existiam apenas seis organismos municipais de mulheres e uma Coordenadoria Estadual. Ato contínuo, perguntou que medidas estavam sendo tomadas para incentivar a criação dos organismos de mulheres nos mais de 290 Municípios; qual o orçamento do Estado destinado à política de enfrentamento à violência contra as mulheres desde a criação da Coordenadoria? Registrando que o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher era um organismo de controle social e deveria participar da elaboração das políticas, perguntou qual tinha sido a participação do Conselho na elaboração e no monitoramento das políticas públicas; quais campanhas de mídia sobre violência doméstica contra a mulher foram veiculadas pelo Estado e por quais meios; se havia banco de dados sobre a violência contra a mulher no Estado; e se havia sistematização dos dados de violência e das notificações compulsórias. Com relação aos relatórios obtidos com a realização das três Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, perguntou quais ações foram implementadas; como aqueles textos estavam conduzindo as políticas públicas nos Estados; como a Coordenadoria atuou no caso da mulher que foi colocada frente a frente com o seu agressor, sob vigência de medida protetiva, para com ele se conciliar diante das câmeras em programa de TV; se alguma ação foi tomada para aquele caso; e que medidas legais o Ministério Público tomou contra aquela exposição indevida. Na sequência, informou que eram aquelas as questões que trazia, aproveitando para dizer que receberam da Secretária Estadual da Mulher da União Geral dos Trabalhadores uma correspondência que trazia uma foto do Centro de Atendimento à Mulher de Rio do Sul que estava totalmente paralisado, que era até uma obra bonita e grande, mas que estava completamente abandonada. Dito isso, falou que era importante que houvesse manifestação sobre isso

para que se soubesse se havia previsão de retomada daqueles serviços e de criação de equipe multidisciplinar para trabalhar [Taquígrafas-revisoras: Dulce Maria da Costa e Denise V. Silva.] Encerrando, informou que o Centro de Referência que ficava próximo à 6ª DP havia enviado informações do atendimento, mas que aquelas eram informações que davam conta apenas de um equipamento, ocasião em que deixou claro que precisavam de informações completas de todo o atendimento ofertado pelo Estado às mulheres que estavam em situação de violência. Retomando a palavra, a **senhora Coordenadora** registrou a presença de Alcenira Vanderlinde, da União Brasileira de Mulheres, e passou à ouvida das instituições e entidades, informando que cada exposição seria de até vinte minutos. Ato contínuo, concedeu a palavra à representação do Tribunal de Justiça, os Juizes Júlio César Ferreira de Melo e Alexandre Karazawa Takashima. O **Juiz Júlio César Ferreira de Melo** iniciou sua manifestação cumprimentando os presentes e dizendo que em 2008 havia sido convidado para exercer a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria, ocasião em que tinham sido criadas duas Coordenadorias com três núcleos, a saber: da Infância e Juventude, de Execução Penal e de Violência contra a Mulher. Prosseguindo, proferiu que em 2010 havia sido convidado pela Ministra Eliana Calmon para fazer parte da sua equipe no Conselho Nacional de Justiça, onde tinha permanecido por quase dois anos. Contou que no anterior o Tribunal de Justiça havia criado de forma definitiva a Coordenadoria de Infância e Juventude e no presente ano a Coordenadoria de Violência contra a Mulher e a Coordenadoria de Execução Penal, explicando que eram compostas por seis juizes de cada região do Estado de Santa Catarina, que se encontravam mensalmente para discutir políticas públicas voltadas ao assunto em pauta. Em seguida, disse que em função de o trabalho ser realmente volumoso era preciso colocar em prática aquelas políticas, por isso a importância da participação dos três Poderes. Na sequência, informou que o Presidente do Tribunal não estava presente em virtude do falecimento de um colega Juiz, o senhor Hilton Cunha, mas havia lhe dado a incumbência de dizer que aquele órgão não se furtava à parceria, estava de portas abertas para a apresentação de propostas, de projetos, de trabalho conjunto, de críticas, enfim, para tudo que pudesse ajudar no sentido de melhorar o sistema judicial, como a criação de mais varas e de equipes multidisciplinares em cada uma das Varas de Atendimento à Mulher, coisa que já vinha acontecendo na Infância e Juventude e na Execução Penal. Dito isso, externou que Santa Catarina tinha sido o primeiro Estado da Federação a criar uma Coordenadoria. Voltando-se à Senadora, declarou que não havia nenhuma possibilidade de algum trabalho dar certo sem a conjugação de esforços dos três Poderes, posto que precisavam de delegacias de polícia especializadas que levassem ao Judiciário todo e qualquer caso para que os juizes pudessem apurar. Em seguida, destacou que as medidas eram deferidas em prazo exíguo, mas que precisavam de locais para amparar as vítimas, posto que se não houvesse um trabalho rápido por parte da polícia, do Ministério Público, do Juiz e do Poder Executivo para dar atendimento efetivo, com psicólogos, psiquiatras, médicos e assistentes sociais, não iria funcionar. Finalizou agradecendo o convite e parabenizando a Comissão pelo evento. Ato contínuo, a **senhora Coordenadora** passou a palavra ao **Juiz Alexandre Karazawa Takashima**, que desejou uma boa tarde a todos; disse que havia assumido a função de Juiz Corregedor naquela semana e que uma das suas atribuições era a área de violência doméstica; e contou que o Tribunal de Justiça tinha um sistema de automação judiciária que fazia o controle de todas as ações envolvendo a violência doméstica. Tecendo comentários sobre dados estatísticos, explicou que já tinham o controle de distribuição, o número de processos distribuídos, de ações penais, de medidas protetivas em andamento, de liminares concedidas, de sentenças condenatórias e de processos arquivados definitivamente. Dirigindo-se à Senadora, falou sobre o problema com relação ao controle de prazo de concessão, afirmando que levaria o assunto ao conhecimento do Corregedor-Geral, visto que precisavam criar mecanismos para acrescentar no Sistema de Automação Judiciária. A seguir, expôs que o sistema de plantão também funcionava para atendimento das medidas protetivas, sendo que de janeiro a dezembro do ano anterior tinham sido distribuídos em Santa Catarina 18.661 processos, entre inquéritos, medidas protetivas e ações referentes à Lei Maria da Penha. Com relação a sentenças condenatórias, disse que tiveram apenas 726 condenações, que haviam sido

concedidas 2.802 liminares de medidas protetivas e que estavam em andamento 1.219 ações penais envolvendo violência doméstica. Na sequência, divulgou que o Desembargador Vanderlei Romer havia lhe determinado a atribuição de fazer a fiscalização de todas as unidades do Estado, expondo que durante o ano pretendia-se visitar 30% das unidades em geral e todas as específicas de violência doméstica, infância e juventude e execução penal. Prosseguindo, contou que tinha vindo para atuar nas três áreas, sendo que uma das metas prioritárias era justamente a questão da verificação *in loco* de todos os processos referentes à violência doméstica. Posto isso, registrou que a partir da sugestão apresentada pela Senadora iria pedir autorização ao Desembargador Vanderlei Romer para fazer o controle de prazo de concessão de medidas, o que certamente seria acatado. Sobre a proposta de capacitação, disse que havia conversado com o Juiz Júlio César Ferreira de Melo e que a ideia era realizar um encontro com todos os juizes da área da violência doméstica no Estado. Aproveitou a oportunidade para dizer que no ano anterior tinha participado do Fórum Nacional de Violência Doméstica em Cuiabá, encontro no qual estavam presentes juizes, promotores, defensores públicos e advogados, ocasião em que tinha sido sugerido que o encontro de 2013 acontecesse em Santa Catarina, para o que pedia o apoio do Legislativo e do Executivo. [*Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*] Continuando, falou que vinha pensando muito na questão da violência doméstica e que percebeu que todos estavam numa posição passiva, sempre esperando que a vítima os procurasse, afirmando que todos tinham que ter uma posição mais pró-ativa. Em seguida, sugeriu que os diagnósticos com relação à violência doméstica no Estado catarinense fossem fornecidos numa rede articulada com a Saúde, com a Educação, com a Habitação, enfim, com todas as Secretarias e com todos os Poderes, exemplificando que a Secretaria da Saúde visitava todas as residências; que tinha Centros de Referência que faziam aquele tipo de levantamento; e que assim, opinou, passariam de uma política passiva para uma atitude ativa. Ato contínuo, disse que tanto a Corregedoria quanto o Presidente do Tribunal de Justiça estavam abraçados na ideia de que não bastava apenas ter estrutura sem ter capacitação e sem ter melhoria na dinâmica com relação à violência doméstica, pois que era um problema que atingia todos. Também contou que atuou numa Vara com competência em violência doméstica em Criciúma e que havia percebido que estavam tratando de forma muito amadora aquele tipo de problema e que deveriam ter maior sensibilidade em relação ao assunto, reforçando que eventos como a audiência pública, como as capacitações e como o Fórum Nacional talvez pudessem alavancar aquela questão, mostrando que o problema não era somente do Estado, mas de todos, já que todos poderiam contribuir. Em seguida, revelou que tinha uma filha de 15 anos que atualmente estava ficando com alguém e que foi aí que percebeu que ele, como Juiz que tratava sobre violência doméstica, nunca havia conversado com ela sobre o assunto. Devido àquele fato, lembrou que se deveria acabar com o tabu de se achar que a violência nunca iria entrar em seus lares. Prosseguindo, afirmou que mais do que simplesmente pensar no trabalho tinha que se imaginar aquilo como um estilo de vida que precisavam passar para todos. Ao final, colocou-se à disposição para o que fosse necessário ajudar. Retomando a palavra, a senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG, passou a palavra à **senhora Maria Amélia Borges Moreira Abbad, Promotora de Justiça do Ministério Público e membro do Grupo Nacional de Direitos Humanos na Comissão Contra a Violência Doméstica, representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina**, que cumprimentou todos e disse que era com satisfação que lá estava. Respondendo a pergunta da Senadora, feita no Plenarinho pela manhã, afirmou que o Ministério Público não estava de braços cruzados. Registrou que aquele Ministério, angustiado com a realidade do Estado, procurou a Bancada Feminina, através da Deputada Ana Paula Lima, no que foi prontamente recebido, que articulou uma reunião, surgindo assim a ideia dos encontros regionais. Também disse que, assim como a Bancada Feminina estava fazendo, o Ministério Público, em parceria com a Assembleia Legislativa, pretendia participar daquelas reuniões nas regiões do Estado de Santa Catarina, afirmando que somente vindo de perto era que se poderia sentir o problema. A seguir, mencionou que havia trazido dados da Corregedoria e que ao final iria repassar à Senadora. Posto isso, revelou que os dados estatísticos relativos às

atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça na área criminal demonstravam que a atuação do Ministério Público de primeiro grau continuava em curva ascendente, fato já constatado nos últimos tempos. Acrescentou que em 2011 as Promotorias de Justiça receberam para análise 284.633 procedimentos, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros procedimentos investigatórios, o que representava um aumento de 16,68% em relação ao total recebido no ano de 2010, quando o número registrado havia sido de 243.937. Ainda falando sobre os dados, disse que as Promotorias de Justiça, em face de carga recebida, ofertaram 33.575 denúncias, ultrapassando o volume do ano anterior em 427 peças, o que representava um aumento de 1,29% nas ações penais deflagradas, quando feita a comparação com 2010, correspondendo a um acréscimo de 35,58 denúncias, em média, por mês. Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados, disse que a maior incidência continuava a ser no campo dos crimes contra o patrimônio, com 10.547 ocorrências, seguidos dos crimes do Código de Trânsito Brasileiro, com 4.693, dos crimes da Lei de Drogas, com 3.949 ocorrências, e dos crimes contra a pessoa, com 3.345 ocorrências. Acrescentou que os crimes de menor potencial ofensivo e a violência doméstica somaram 2.712 denúncias em 2012. Continuando, disse que existiam treze mil processos tramitando e ressaltou que aqueles eram apenas números que pouco diziam. A seguir, informou que iria entregar também para a Senadora os dados das vinte denúncias recebidas pelo Ministério Público através do Disque-Denúncia, ressaltando que vinte denúncias era muito pouco. Posto isso, lembrou que não tinha falado sobre os números dos procedimentos que haviam sido arquivados, ressaltando que o que interessava era saber o porquê dos arquivamentos. Dirigindo-se à Senadora, afirmou que as perguntas que ela havia feito eram as mesmas perguntas que o Ministério Público vinha fazendo, ou seja, por que motivo aqueles procedimentos haviam sido arquivados, se a vítima havia ido à delegacia, e qual a maneira que aquela vítima havia sido tratada na delegacia. Prosseguindo, argumentou que mais do que ter delegacias especializadas era preciso ouvir aquela mulher na delegacia de polícia e que a compreendesse; que mais do que postos de saúde, era preciso ter um olhar que percebesse que aquela mulher, que chegou ou não com o olho roxo, estava sim sofrendo violência; que mais do que juizados especializados na violência doméstica, era preciso haver palavras de conforto; que mais do que o Centro de Referência, era necessário que aquela mulher que lá chegasse fosse devidamente amparada e orientada; que mais do que casa abrigo, era preciso ter alguém que acolhesse aquela mulher. Continuando, informou que o Ministério Público havia instaurado inquérito civil cujo objeto era a implementação de programas de políticas que visavam à prevenção, assistência e combate à violência doméstica de gênero, e que havia recebido do Município a resposta de que em julho 2009 a Secretaria de Desenvolvimento de Inclusão Social, no intuito de adequar o Sistema Único de Assistência Social, atualmente Lei Federal 12.435/2011, orientada tanto pela Secretaria Estadual como pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ofertava os serviços continuados previstos nos documentos que regulamentavam o Creas - Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Em seguida, disse que dentre os cinco serviços apontados tinha o Paefi, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, o qual previa acompanhamento a qualquer indivíduo e a sua família, os quais se encontravam em situação de ameaça ou violação de direitos, que atuava com os órgãos de defesa e proteção, compondo dentro do seu Ministério o sistema de garantia de direitos. Dito isso, falou que naquele prisma o Creas, unidade pública e estatal de assistência social, integrado ao SUAS e à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o qual era regido por uma série de normativas que seriam descritas ao final daquele documento que iria entregar à Senadora, vinha acompanhando integralmente as mulheres, os idosos, os deficientes, as crianças, os adolescentes, os homens e as suas famílias em situação de vulnerabilidade, inclusive as relacionadas à Lei Maria da Penha. Alegou que precisavam tirar aquilo do papel, que precisavam tirar a lágrima de sangue do rosto daquela mulher e que poderiam tomar aquelas ações através de um trabalho em rede. Também informou que o Ministério Público no ano corrente havia lançado uma campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar e que havia lançado também um vídeo, que estava sendo veiculado pela TVAL. Ainda informou que em março também havia sido veiculado em todos os

canais de televisão do Estado de Santa Catarina, inclusive divulgando Disque 180, colocando-se à disposição para fazer aquele trabalho de articulação, e complementou dizendo que o Ministério Público estava atento, estava presente. Convidou, em seguida, todos os presentes para participarem do Encontro Nacional de Promotores de Justiça que seria realizado no final de novembro de 2012, quando participariam não somente a Promotoria de Justiça, mas a equipe disciplinar, oportunidade em que conversariam sobre temas relevantes em relação ao enfrentamento à violência doméstica no Estado catarinense. Prosseguindo, lembrou sobre os encontros regionais que começariam no dia 11 de maio e afirmou que ao final daqueles encontros haveria condições de apresentar um diagnóstico mais claro, já que os dados não eram precisos, lamentando a falta de precisão daqueles dados, pois assim não tinham como focar uma política sem saber para qual público estariam se dirigindo. Posto isso, observou que todos sabiam que a maioria das mulheres sofria violência em virtude do abuso de álcool e de outras substâncias, [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz.*] falando que aquele era um dado, mas não se sabia como estava o atendimento porque não se tinha aqueles dados, e que era preciso ir atrás deles para repassá-los a todos. Encerrou agradecendo a todos dando boas-vindas à CPMI da Maria da Penha, considerando-a uma luz no fim do túnel na busca de parceria com o governo federal para fazer valer o que estava previsto em lei. Retomando a palavra, a **senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG**, solicitou que a Promotora entregasse aqueles dados sobre os quais fez menção. Em seguida passou a palavra à **senhora Selma Elias Westphal, coordenadora do Conselho Estadual da Mulher**, que após os cumprimentos referiu-se a uma frase dita pela Deputada Federal Carmem, segundo a qual a lei estava aí e era preciso encontrar o caminho para fazer cumpri-la. Em seguida, disse que a Coordenadoria de Políticas para Mulheres tinha a função de articular as ações e que os seus membros eram articuladores. Informando que eram 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, solicitou que em cada uma delas tivesse uma representante da Coordenadoria, pois daquela forma se teria acesso a dados mais precisos das regiões. Adiante, falou que quando assumiu se estava em um ano de conferências, quando percorreu o Estado em quase todos os 293 Municípios, considerando Santa Catarina como referência enquanto mobilização das mulheres. Afirmou que aquele não foi um trabalho da Coordenadoria especificamente, mas um trabalho conjunto com representantes, com a Bancada Feminina, com todo o movimento social e com órgãos governamentais. Após aquelas conferências, disse que foi elaborado um relatório contendo o que era específico de cada Secretaria Estadual, o qual foi enviado aos respectivos Secretários, sendo a eles solicitado um retorno sobre quais ações o Estado realizava em favor da mulher, quais os projetos futuros e de que forma era possível ter acesso aos dados para, juntamente com a câmara técnica, ser constituído um plano estadual de política para as mulheres que partisse das bases, de baixo para cima, dizendo acreditar que sem aquele plano se estava muito aquém daquilo que se desejava. Na sequência, informou que no dia 5 de junho haveria uma reunião com a câmara técnica para entregar tudo o que foi recebido das Secretarias. Quanto às solicitações feitas ao governo do Estado, falou ter conhecimento de que a Casa Civil estava compilando todos os dados, os quais seriam entregues nos próximos dias. Em termos de governo de Estado, disse que em 2011, juntamente com o governo do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e do Paraná, foi assinada uma resolução que criou uma comissão permanente de política para as mulheres do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul -, considerando aquilo muito importante porque mostrava o quanto os governos daqueles Estados estavam propícios a terem políticas efetivas voltadas para as mulheres. Ainda disse que ficou feliz com a assinatura da resolução, acrescentando que haveria ações também através de consórcios, principalmente nas regionais de fronteiras e divisas. Também acrescentou que em 2010 houve a participação de quatro Municípios por meio da Secretaria de Política para as Mulheres, de Brasília, via Siconv (Sistema de Convênios), e que no ano passado houve 44 participações. No ano atual, explicou que os editais estavam abertos para que as Secretarias e organizações não governamentais ou governamentais pudessem fazer parcerias com o governo federal. Continuando, falou que todas regionais formam mobilizadas e que elas repassaram as informações a todos os seus Municípios. Posto isso, considerou aquilo um passo para se obter

mais centros de referência, mais casas abrigos e mais políticas públicas voltadas à qualificação da mulher. Ainda falou que iria passar algumas ações que a Secretaria de Estado da Educação estava executando com relação à alfabetização da mulher catarinense, até mesmo em centros quilombolas e indígenas, dizendo esperar que o ensino fundamental pudesse atingir um índice acima do esperado. Dito isso, fez menção à fala de alguém que teria dito que a resolução foi assinada e não havia sido realizada nenhuma ação, ponderando a respeito que a ação dependia de um regimento para ser executada, informando que o tal regimento foi assinado no dia 4 de abril de 2012, o qual seria enviado à câmara técnica para depois ser trabalhado mais especificamente dentro da realidade de cada regional. Na sequência, informou que havia nove Centros de Referência em Santa Catarina, destacando o de Rio do Sul e dizendo que ele foi construído em parceria com uma entidade civil e que através de mobilizações foi equipado, tendo a Prefeitura sido parceira para o início do seu funcionamento. Contudo, falou que logo em seguida houve aquela enchente em que a cidade ficou 90% em baixo d'água, não estando mais o Centro de Referência em funcionamento e tendo que ser reequipado. Informou, ainda, que havia 5 casas abrigos e 23 delegacias regionais especializadas, mencionando que falou com a Delegada Lúcia Stefanovich, da 5ª DP da Capital, e que teria repassado a ela dados criminais contra as mulheres, os quais ela deixaria à disposição de todos. Ainda disse que existia um projeto junto ao governo do Estado para que as delegacias qualificassem o seu efetivo para melhor atendimento e que esperava que aquilo logo acontecesse. Também falou que pediu ao Ministério Público de Florianópolis alguns dados da 34ª Promotoria de Justiça da Capital, onde havia em torno de 3.900 processos em aberto, ademais de outros dados que ela também deixaria à disposição. Também disse acreditar que logo teria todos os dados com as respostas das Secretarias, as quais teriam recebido os ofícios com as reivindicações feitas na Conferência. Desse modo, falou que de forma concreta e objetiva se teria um plano estadual de políticas para mulheres, acrescentando que foi enviado um ofício a todos os Prefeitos pedindo para que também criassem aquele plano, além de ter sido entregue a eles tudo sobre a violência contra a mulher e informações sobre como criar um conselho. Nesse sentido, disse que os conselhos fortaleciam a ação dentro dos Municípios e que quando os conselhos eram fortes as ações também o eram. Adiante, registrou o bom desempenho da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania com relação às mulheres detentas, que atualmente tinham um programa socioeducativo [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini.*] e de renda. Por fim, observando que poderia ter deixado de responder algo, expôs que aquelas eram as informações que tinha e que acreditava na força da mulher e que aquela ação realizada pela Comissão teria grande repercussão no País, acrescentando que se todos se unissem, a sociedade civil, o governo do Estado, o Ministério e a Promotoria, Santa Catarina poderia ser referência em políticas às mulheres. Retomando a palavra, a **senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG**, com relação à fala da coordenadora Estadual da Mulher, ao mencionar que havia 31 delegacias regionais e 23 delegacias especializadas, esclareceu que nas delegacias regionais existia núcleos especializados e indagou se seriam 23 delegacias especializadas com estruturas especificamente às mulheres, ao que a **senhora Selma Elias Westphal** respondeu que nem todas eram especificamente às mulheres, mas que, talvez, a Secretaria de Segurança Pública pudesse fornecer os dados. Em seguida, colocando-se à disposição de todos, comunicou que o governo do Estado enviaria todas as informações que haviam sido solicitadas. Na sequência, a **Senadora Ana Rita**, clarificou que as informações fornecidas pela senhora Selma só iriam ser consideradas oficialmente entregues quando todos os dados fossem entregues por escrito e documentados, ao que a **senhora Selma Elias Westphal** afirmou que até a próxima segunda-feira os dados, as informações fornecidas seriam entregues por escrito. Retomando a palavra, a **senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG**, comunicou para todas às instituições que a fala oral fazia parte da informação, mas que deveriam ser entregues formalmente à CPMI; que iriam aguardar a cópia da resolução e todo o relatório relativo às perguntas que a Relatora havia encaminhado, assim como as perguntas apresentadas durante a audiência pública. Frisou ainda que a Secretaria de Estado da Saúde não mandou nenhum representante para apresentar os dados. Em seguida, passou a palavra

à senhora **Juliana Renda Gomes, Delegada da 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher**, que, após fazer os cumprimentos, comentou que chamar a atenção do Estado era difícil. A seguir, disse que iria responder as questões talvez não de forma precisa porque não tinha dados exatos, mas que futuramente seriam encaminhados. Assim sendo, quanto às delegacias especializadas, as informações que ela tinha era de que existiam 23 delegacias especializadas e que havia a intenção em criar uma delegacia especializada em cada Regional. Diante do exposto, observou que as delegacias especializadas não atendiam apenas mulheres e que não acreditava que existisse a intenção de se criar uma delegacia para atender somente mulheres porque havia problemas de estrutura e de efetivo, acrescentando que ela sabia que existia a intenção do Estado de tirar o adolescente infrator do mesmo local de atendimento para que fosse atendido o grupo vulnerável, que seria a mulher, a criança e o idoso. A seguir, quanto à capacitação, mencionou que os policiais não tinham passado por nenhum curso de capacitação e que desde a academia dela, em 2008 foi introduzida na academia a matéria violência e todos os policiais, a partir daquele momento, tiveram contato com o tema. Dito isso, esclareceu que a delegacia orientava os policiais para que o atendimento fosse realizado de forma especializada, assim como o Protocolo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, que era um Protocolo de iniciativa municipal. Isto posto, explicou que quando as vítimas eram encaminhadas para o hospital, o hospital acionava a delegacia para que um policial fosse até o hospital e realizasse todos os procedimentos atinentes ao caso. Prosseguindo, quanto à questão de como a Secretaria resolveria aquilo num curto prazo, disse que acreditava que haveria separação do adolescente infrator, e que o restante continuaria a ser atendido junto, porque o volume não era tão significativo. Assim sendo, quanto à estrutura física, explicou que no interior uma mesma estrutura física atendia a Delegacia Regional, a Delegacia da Comarca e a Delegacia da Mulher, disse que não sabia se iriam separar a Delegacia da Mulher. Prosseguindo, quanto aos servidores existentes disse que eram insuficientes, principalmente quanto à padronização prevista pelo Ministério da Justiça, e que no Estado, além de não atenderem só a mulher, tinham menos da metade dos funcionários que previa a padronização. Isso posto, relatou que os policiais que ingressavam na carreira acabavam migrando para outro setor porque era uma atividade de risco e não se tinha uma boa remuneração. Informando que a academia estava realizando treinamento de policiais, destacou que havia a promessa de concederem alguns policiais para eles. Ressaltou que no Boletim de Ocorrência existia um campo que constava a especificação do crime, comentou que o policial poderia incluir naquele ponto se a ocorrência era violência doméstica, mas nem todo policial fazia aquilo. Contando que o Centro de Referência os ajudava muito, afirmou que o interessante era os abrigos, porque quando a vítima não tinha para onde ir eles não tinham para aonde encaminhá-la, pois o referido Centro dava apoio emocional. Em seguida, quanto às parcerias, comunicou que tinham parceria com o Tribunal de Justiça e, se houvesse possibilidade, gostariam de realizar outras parcerias, porque a situação estava delicada. Em relação à intenção da criação das delegacias, expôs que acreditava que uma delas teria celeridade e esclareceu que lá a criança e a mulher teriam direito à prioridade, mas houve acúmulo de serviço, e achava que em outras delegacias os serviços demoravam menos do que na dela. Continuando, destacou que a mudança da ação penal pública condicionada para incondicionada, em relação à violência física, fez com que a delegacia tivesse muitos inquéritos porque as vítimas apareciam fragilizadas e queriam usar todas as formas de defesa, mas em outro momento não queriam dar continuidade, e aquilo gerou um acúmulo de serviços. Recordando que nas visitas e nas reuniões realizadas com as entidades surgiu a informação de que as mulheres, após registrarem queixa, eram convidadas para ir até a delegacia para confirmar ou não a queixa, perguntou se aquilo acontecia, respondendo que tinha veracidade, e explicou que algumas vítimas, quando eram intimadas para fazer a declaração, não compareciam, acrescentando que devido àquele fato a mulher já saía de lá intimada para fazer as declarações. Na sequência, a **Senadora Ana Rita** perguntou à delegada se o retorno seria fruto de uma intimação para complementar e se não teria como a vítima fazer isso logo em seguida, ao que a **Delegada Juliana Renda Gomes** esclareceu que a vítima saía da delegacia intimada, ao que a **Senadora Ana Rita** questionou se aquele retorno era fruto de uma

intimação para complementar, tendo a **Delegada Juliana Renda Gomes**, respondido que sim, que o Boletim de Ocorrência era feito pelo policial, enquanto o escrivão, mesmo estando presente, tinha uma agenda lotada. A seguir, disse que, se a vítima quisesse, poderia fazer o Boletim de Ocorrência e de imediato fazer a medida protetiva, e que na medida protetiva já era realizada a declaração. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt.*] Ainda disse que havia em média quarenta boletins por dia e que nem todos se tornavam inquérito policial porque havia falta de interesse da vítima. Na sequência, a **Deputada Federal Luci Choinacki** colocou que, se a vítima faria o registro na hora, também poderia fazer o inquérito para não correr o risco de mudar de ideia, caso fosse pressionada pelo agressor. Enfatizou que ficava assustada com o formato que estava sendo dado, e perguntou se era devido à mudança ou por falta de pessoal para trabalhar. Por sua vez, a **Delegada Juliana Renda Gomes** respondeu que o formato adotado era decorrente da falta de pessoal para fazer intimação, além do fato de que a vítima nem sempre tinha interesse em fazer um procedimento criminal contra o companheiro, porque se satisfazia em mostrar ao companheiro o boletim e, após isso, continuava o relacionamento. Ato contínuo, a **Deputada Federal Carmen Zanotto** perguntou qual era o percentual, na Delegacia das Mulheres, que não dava prosseguimento ao Boletim de Ocorrência, ao que a **Delegada Juliana Renda Gomes** respondeu que era de 80%. Na sequência, a **senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG**, perguntou quantos processos eram encaminhados ao Ministério Público, ao que a **Delegada Juliana Renda Gomes** respondeu que foram pouco mais de novecentos inquéritos, avisando que aquele número subiria porque a repercussão com relação à representação mudaria tudo. Explicando melhor, disse que, se a mulher fosse à delegacia fazer o procedimento criminal, ele seria feito independentemente de ela querer ou não, e anteviu que tal método desestimularia a ida às delegacias, porque muitas vezes a razão não era um procedimento criminal que iria até o fim. Prosseguindo a audiência pública, a senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes, passou a palavra à **Deputada Federal Luci Choinacki**, que pediu licença para se ausentar da audiência por ter assumido compromisso no Município de Xanxerê, informando que a sua assessoria estaria presente, trabalhando e contribuindo com aquela causa, e que estava saindo da audiência mais preocupada do que quando chegou. Em seguida, a senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG, concedeu a palavra à **senhora Clair Castilhos Coelho, secretária-executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**, que disse que havia calculado que das falas institucionais havia sobrado 23 minutos e sugeriu que aquele tempo fosse redividido para que a sociedade civil tivesse mais tempo para falar, ao que a **senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG**, respondeu que a representação tinha uma coordenação e que como era diversificada cada uma tinha até 10 minutos para manifestação. Então, a **senhora Clair Castilhos Coelho, secretária-executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**, primeiramente, cumprimentou as Deputadas pela iniciativa da CPMI e focou a sua intervenção na área da saúde da mulher e dos danos da violência para a saúde feminina. Citando a pesquisadora Cecília Minayo, disse que na sua maioria os eventos violentos não eram acidentais, não eram fatalidades, não eram falta de sorte, e poderiam ser enfrentados, prevenidos e evitados. Em seguida, definiu violência como imposição de um grau significativo de dor e de sofrimento evitáveis, adicionando que a violência afrontava a civilização pois não fazia parte da natureza humana e afetava grupos sociais vulneráveis, como os pobres, os marginalizados, os jovens, os idosos, as mulheres e as crianças, de acordo com a definição da OMS em 1981. Continuando, deixou claro que a maior violência começava pela violência de classes ao existir divisão de classes, onde existiam opressores e oprimidos. Dito isso, comentou sobre a pesquisa “Mulheres não esperam mais; acabemos com a violência e a AIDS já”, relatando alguns dados levantados naquela pesquisa, como o de que os homens eram mais agredidos em ambientes públicos, enquanto as mulheres sofriam mais agressões em ambientes privados; o percentual de mulheres agredidas em lugares públicos era quase o triplo dos homens agredidos em ambientes privados; no Brasil, 32,2% das mulheres agredidas foram vítimas da violência de pessoas conhecidas, 21,1% não conheciam o agressor, 25,9% foram lesados por cônjuges ou ex-cônjuges e 11,3% por seus

parentes; jovens entre 18 e 24 anos eram as principais vítimas; em 2010 mais da metade dos crimes relatados a Central de Atendimento à Mulher foram relacionados à violência física (58,8%), seguidos de violência psicológica (25,3%), moral (11,65%), sexual (2,1%), patrimonial (1,7%), cárcere privado (0,4%) e tráfico de mulheres (0,1%). Acrescentou que o Brasil contava com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em 2007, que compreendia um acordo federativo entre os governos federal, estaduais e municipais para o planejamento de ações que visavam à consolidação daquela política nacional. Posto isso, colocou que as evidências de casa, família e conjugabilidade eram prováveis lugares de violência e que, nesse sentido, os diversos cruzamentos demonstravam o aumento da violência psicológica e física com o passar da idade, razão pela qual a maioria das mulheres havia sido obrigada a ter relações sexuais ao longo da vida, principalmente na adolescência. Ato contínuo, observou que, pelo relato das representantes institucionais na audiência, era possível verificar que o Estado catarinense não estava cumprindo pacto nenhum, não apoiava as entidades que trabalhavam com a questão da mulher e que tal comportamento vinha da estrutura das coligações do Estado, denunciando que o Estado era patriarcal, machista e discriminatório em relação às mulheres, além de tratar do ponto de vista político de um total alinhamento com a questão do estado mínimo, que relatava a etapa neoliberal do capitalismo. Disse que para a entidade tal posição era gravíssima e que deveria ser visto porque refletia no serviço de saúde, e contou que em Santa Catarina eram raríssimos os hospitais que ofereciam o serviço de aborto legal para gravidez resultante de estupro ou que representava risco de vida para a gestante. Acrescentou que havia hospitais filantrópicos conveniados ao SUS que negavam fazer laqueadura de trompas nas mulheres solicitantes por razões religiosas e perguntou onde estava a fiscalização, o Conselho Estadual de Saúde, as Secretarias Regionais, para verificar aquele ponto, argumentando que aquelas entidades, uma vez que faziam convênio com o SUS e as questões eram permissivas legais, de acordo com o Código Penal, tinham obrigação de ofertar aqueles serviços pelo SUS, portanto não tinham o direito de falar em impeditivo moral ou questão religiosa para negar atendimento às mulheres. Em seguida, colocou que aqueles pontos levavam a uma grande discussão no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos e da violência contra a mulher. Disse, ainda, que as ocorrências eram enormes e causavam impactos significativos na saúde física e [Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.] psicológica da mulher, mesmo assim aquilo acontecia. Também disse que a maioria dos cursos de medicina no Brasil sequer discutia aquilo no seu currículo, sequer tinha aulas especializadas nas residências a respeito do tratamento e da prevenção da gravidez indesejada ou da intervenção na questão do aborto legal, enfatizando que era necessário tirar a indicação de que a academia incorporasse nos cursos da área da saúde a discussão sobre o corpo da mulher, não só no aspecto biológico, patológico, citológico e, sim, na vivência da sua sexualidade, da sua saúde reprodutiva. Admitiu que as gestões públicas dos hospitais públicos deveriam se aprimorar e estabelecer um sistema digno de atendimento em casos de aborto legal e profilaxia, nem sempre oferecidos às mulheres vítimas de violência. Encerrando, afirmou que nos próximos quatro anos os membros da Rede Nacional Feminina de Saúde, que foi instalada em Santa Catarina, só poderiam prometer que iriam infernizar a vida do Governo para que aquilo aconteça. Na sequência, a **senhora Coordenadora, Deputada Federal João Moraes/MG**, passou a palavra à **senhora Justina Inês Cima, do Movimento de Mulheres Camponesas**, que saudou todas as autoridades e todos os representantes dos movimentos que estavam presentes e registrou a importância da CPMI. Prosseguindo, informou que Santa Catarina tinha 23, 30 delegacias para 293 Municípios, que 10 deles possuíam mais de 100 mil habitantes e que 249 Municípios tinham população inferior a 25 mil habitantes, afirmando que as trabalhadoras rurais estavam lá na ponta. A seguir, disse que elas não tiveram condições de fazer nenhuma avaliação desses serviços que foram falados porque eles não conseguiram chegar aos Municípios pequenos e às comunidades rurais. Ato contínuo, declarou que quando era feita uma análise geralmente havia muita dificuldade para obter dados referentes à questão das trabalhadoras rurais, afirmando que a última pesquisa feita pelo Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina foi em 2002 e que estavam reivindicando recursos para fazer mais

pesquisas. Também declarou que esses dados para as trabalhadoras rurais continuavam muito recentes e que a pesquisa foi realizada em 15 Municípios de diferentes regiões do Estado, com a aplicação de 550 questionários e acompanhamento técnico. Ao afirmar que o resultado foi assustador, exemplificou que 53,5% das mulheres entrevistadas, todas agricultoras camponesas, já se sentiram violentadas por palavras ou pressão psicológica. Considerando importante lembrar que quando era falado em violência referia-se somente à violência terminal, à questão física ou ao assassinato, citou os seguintes dados das entrevistadas: 48% delas conheciam alguma mulher que foi espancada; quase 35% conheciam alguma mulher que foi estuprada; 25% declararam casos de estupro na sua própria comunidade; quase 15% das mulheres entrevistadas já foram espancadas; 34,7% das mulheres entrevistadas revelaram que já se sentiram humilhadas por terem a profissão de agricultoras; 64% disseram que não têm liberdade de tomar decisões; e 45% foram enganadas quando foram buscar os seus direitos. Continuando, destacou que, quando foram perguntadas sobre o que fazer para resolver o problema, 9% responderam que não poderiam fazer nada; 39% tiveram atitude passiva, encarando a violência como algo natural; porém, teve um dado revelador, 38% das entrevistadas disseram que a saída estava na organização e na luta pelos direitos, e as demais não responderam. Dito isso, ressaltou que quem conhecia o Estado de Santa Catarina sabia que Itapiranga, no extremo oeste de Santa Catarina, era um Município em que a maioria da população era alemã e, portanto, era uma cultura européia. Na sequência, contou que a senhora Adélia Maria Schmitz elaborou a conclusão de curso na Unochapecó sobre essa realidade brasileira, fazendo uma pesquisa dentro do Município de Itapiranga com as agricultoras, e trouxe dados que chamavam muito a atenção, porque 100% das mulheres entrevistadas naquele Município declararam que sofreram violência verbal; 25% sofreram alguma forma de violência física; 18% declararam que, em diversos momentos, ouviram palavras ameaçando-as de morte; 25% já foram assediadas; e 25% declararam ter sido censuradas em suas vontades. Segundo a pesquisa, os fatores que mais emitiram ações contra os seus agressores foram: 80%, o medo; 70%, a insegurança financeira; 60%, a vergonha pela educação e cultura em que viviam; e, 60%, a preocupação com os filhos. Posto isso, manifestou que aquelas duas pesquisas trouxeram dados muito preocupantes, somados à falta de ação do Estado com políticas nas comunidades rurais, nos pequenos Municípios, e apenas preocupavam ainda mais. Prosseguindo, registrou que para erradicar a luta contra a violência no País, no Estado e no Município, enquanto Movimento de Mulheres Camponesas, era preciso muita vontade política do Estado, era necessário políticas públicas específicas para as mulheres no meio rural. Reforçando o que a senhora Clair disse, afirmou que era preciso enfrentar a cultura patriarcal machista e fazer o debate sobre a luta de classe e a vontade política para ajudar os mais pobres da população. Concluiu que para sair da condição de vítima as mulheres precisavam tomar consciência da condição de opressão e de exploração, ou seja, seria necessário organizar e potencializar os movimentos de mulheres existentes para construir a conscientização, bem como avançar na situação econômica, política e social. Dito isso, reiterou que na avaliação das mulheres camponesas, partindo da falta de negociação, é preciso que o Estado tenha mais vontade política de contribuir nessa questão de avançar na autonomia política, econômica e social das mulheres, principalmente em se tratando de campo. A seguir, disse que foi falado sobre a questão da violência doméstica, mas que no campo era enfrentada diretamente a questão da violência do modelo de agricultura que foi instalado, a questão dos agrotóxicos, do trabalho forçado, da tripla jornada de trabalho e do pouco tempo de lazer para as mulheres do campo. Encerrando, passou às mãos da Senadora e da Deputada um documento com os dados, lembrando que, de fato, era preciso avançar mais na luta pelo fim da violência. Retomando a palavra, a **senhora Coordenadora, Deputada Federal João Moraes/MG**, solicitou às três representantes que enviassem o relatório com aquelas informações. Ato contínuo, passou a palavra à **senhora Maria de Lourdes Mina, Coordenadora do Movimento Negro de Santa Catarina**, que cumprimentou as autoridades e as mulheres, especialmente as mulheres negras presentes na audiência pública. Registrando que estava falando em nome das entidades das mulheres negras presentes e reiterou as palavras da senhora Clair Castilhos quanto à sociedade machista, patriarcal, e

acrescentou que a sociedade também era racista. Clareou que o problema do racismo no Brasil, especialmente em Santa Catarina, era brutal para as mulheres negras, enfatizou que Santa Catarina tinha o maior índice de violência. Em seguida, focou em outros tipos de violência porque já tinha sido extremamente debatida a violência doméstica. Considerando a CPMI da Violência Contra a Mulher muito mais ampla do que a violência doméstica, ressaltou que a violência doméstica tinha que ser amplamente debatida, porque as mulheres negras sofriam violência silenciosa nas comunidades empobrecidas, que normalmente não saíam do âmbito das famílias nem chegavam às delegacias, e que era preciso dar visibilidade para aquilo. Continuando, disse que também tinha que ser falado da violência do racismo, a violência que as mulheres negras sofriam desde que nasciam, quando eram atingidas pelos seus cabelos, pela sua forma de ser, frisando que desde o período em que entrava na escola sofria violência contra a própria tipologia de mulher negra. Dito isso, registrou que a violência contra a mulher se manifestava no ambiente de trabalho, considerando que 80% das mulheres negras eram empregadas domésticas, que no âmbito do trabalho eram oprimidas, violentadas e não tinham nenhuma possibilidade de se manifestar e pedir socorro, porque lá elas precisavam permanecer para sobreviver e sustentar os seus filhos. A seguir, lembrou que não era mais novidade que o salário das mulheres negras tinha os piores indicativos, comparado ao das mulheres e dos homens brancos. [*Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo.*] Prosseguindo, afirmou que a violência policial atingia diretamente as mulheres negras em suas comunidades, mas que a maior violência existente era a falta de políticas públicas, e argumentou que o Estado de Santa Catarina não tinha uma política de educação que atendesse às mulheres, apesar de terem sido levantadas as demandas da necessidade de educação para as mulheres negras, tanto urbanas quanto rurais, e apresentadas ao governo em 2006. Ato contínuo, disse que buscaram outras instituições para implantar o Programa Brasil Alfabetizado, já que somente o programa não daria conta de alfabetizar aquelas mulheres, salientando que era através da educação que conseguiriam empoderá-las a fim de que se tornassem sabedoras da existência dos seus direitos, e informou que havia três semanas tinham ido com 18 mulheres participar de um projeto de alfabetização e de escolaridade, mas tudo por iniciativa da própria comunidade, já que por um dia o governo disse que não iria contratar um professor para aquelas mulheres porque o prazo tinha se esgotado. A seguir, ressaltou que se um projeto de alfabetização deu certo em alguma comunidade foi unicamente por compromisso político do Movimento Negro Unificado, já que não existia uma política do Estado, e aproveitou aquele espaço da audiência para reivindicar ao governo do Estado a implantação de políticas públicas com foco nas mulheres negras do Estado de Santa Catarina. Ainda disse que não somente as mulheres urbanas sofriam por falta de políticas públicas, mas também as mulheres quilombolas, que estavam em comunidades de difícil acesso, vivendo uma situação de completo abandono, sendo preciso que os governos estadual e federal criassem programas que atendessem aquelas mulheres nas suas necessidades, principalmente no combate à violência sofrida. Afirmou existirem diversas situações vividas nas comunidades pelas mulheres, com as quais poderia ilustrar a sua fala, e exemplificou com o caso de uma mulher que havia ficado por três dias no mato fugindo do seu marido, tendo em vista que naquelas comunidades o transporte funcionava somente por dois dias, ficando abandonada e impedida de sair o restante da semana, e quando voltou para casa levou um tiro no braço, tendo que recorrer ao próprio agressor, porque não tinha como fazer diferente em função da distância, da falta de acesso, da falta de política pública de geração de emprego e renda para aquelas mulheres quilombolas. Dito isso, abriu um parêntese para dizer que gostaria imensamente de que as mulheres quilombolas estivessem participando daquela audiência, mas infelizmente não tiveram estrutura para trazê-las. Concluiu ratificando a reivindicação feita anteriormente no sentido de que o Estado de Santa Catarina tivesse uma política diferenciada e programas que atendessem as mulheres negras empobrecidas e as mulheres negras quilombolas. Retomando a palavra, a **senhora Coordenadora** agradeceu a manifestação da senhora Maria de Lourdes e lembrou as autoridades e a representação da sociedade civil que aguardava o relatório por escrito do conjunto das informações solicitadas. Na sequência, concedeu a palavra à **Deputada Federal Carmen**

**Zanotto, membro da CPMI**, que afirmou que sairia daquela audiência com a convicção de que ela e a Deputada Luci Choinacki estavam certas quando apresentaram requerimento solicitando a realização de audiência pública em Santa Catarina. Ato contínuo, disse que o Estado de Santa Catarina estava numa posição privilegiada, se comparado ao restante do Brasil, mas que enquanto tivesse uma mulher morrendo vítima de violência ou enquanto tivesse uma mulher sofrendo violência, fosse psicológica, sexual ou física, valia a pena continuar lutando, podendo atestar o que falou ao constatar que das inúmeras visitas feitas naquela manhã, seja na Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, no Centro de Referência, no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, no governo do Estado, saiu com a perspectiva de que a instalação da CPMI tinha sido acertada e que a estada em Santa Catarina estava sendo fundamental, pois pelos depoimentos verificou que era necessário transformar as políticas existentes em políticas de Estado, mas que era necessário que se tivesse segurança nos dados, e pediu que a Senadora fizesse constar do seu relatório aquela observação. Continuando, esclareceu que várias ações estavam sendo realizadas em cada instituição individualmente, mas que não havia sistematização das informações para que se pudesse ter um planejamento e transformá-las em política, porque apesar de a lei ter cinco anos e todas as pesquisas mostrarem o conhecimento da população com relação a ela e a sua importância, até que a lei fosse aplicada, ou se buscasse os serviços através do Disque-Denúncia 180, ou diretamente nas delegacias, ou nos serviços de saúde, a distância existente era muito grande. Em seguida, afirmou que não bastava buscar as informações se se deparavam com dificuldades de estrutura nos órgãos, como falta de recursos humanos ou falta de acolhimento pelo não entendimento da questão, e relatou que de alguns depoimentos colhidos nas audiências em Brasília puderam constatar que as mulheres eram violentadas duplamente, ou seja, violentadas em casa, e quando chegavam ao aparelho público eram violentadas novamente. Relembrando a época em que estava na Secretaria de Estado da Saúde, afirmou ser um absurdo falar na humanização na assistência do SUS, mas como eram humanos cuidando de humanos, tornava-se preciso lembrar aos trabalhadores que quem estava na sua frente estava fragilizado em função de um diagnóstico ou de uma violência. Assim sendo, avaliou que a forma de acolhimento de todos os trabalhadores, independentemente do setor ao qual ele estivesse vinculado, precisava ter um olhar extremamente humanizado. Posto isso, observou que era importante que o relatório daquela audiência fizesse com que se estreitasse o elo de comunicação entre governo e sociedade civil organizada, e que junto com a Selma, por serem da base, assumiriam o papel de articuladoras, a fim de que se pudesse fazer com que a voz das mulheres do Estado chegasse ao governo do Estado e fossem implementadas políticas públicas de forma coordenada, para que futuramente pudessem comentar o quanto tinha sido importante aquela CPMI. Agradecendo à Deputada Jô e à Senadora Ana Rita por terem submetido o requerimento à apreciação dos membros da CPMI, por terem agendado Santa Catarina e por aquele momento privilegiado, afirmou que sairia da audiência engrandecida pelas informações recebidas e comprometida ainda mais com a causa. A seguir, salientou que se alguém lembrasse de algum fato importante que entendesse dever fazer parte do documento da Relatora, que encaminhasse para que se fizesse constar, mesmo porque o trabalho não se encerrava ali, já que teriam audiências em outros Estados e ela e a Deputada Luci poderiam ser as porta-vozes de algumas demandas que porventura não tivessem sido levantadas e que fossem importantes para que aquela CPMI pudesse atingir o seu objetivo, que era garantir que a lei fosse cumprida na sua essência em cada Município brasileiro. Concluiu agradecendo aos que acataram o chamamento para ali se fazerem presentes e dizendo que acreditava que a partir daquele momento existiria outro olhar para aquele tema, qual seja, o de tê-lo como uma política pública de Estado. Dando seguimento à audiência, a **senhora Coordenadora** salientou que realmente as Deputadas Carmen Zanotto e Luci Choinacki tinham razão em instigá-la a vir com urgência para Santa Catarina, bem como informou que o Deputado Federal Décio Lima, parceiro da Bancada Feminina, tinha estado ali fazendo uma visita. Após o registro, fez questão de ressaltar que a Senadora tinha a difícil tarefa, e de grande responsabilidade, de fazer o mapeamento de uma situação para a qual existia dificuldade em conseguir

informações precisas, tanto da natureza da violência quanto da estrutura, assim como a dura tarefa de inquirir as autoridades, o que estava fazendo com responsabilidade e com enorme capacidade de percepção e sagacidade. Disse também que acreditava que o processo de informação da Senadora não se esgotava ali, tendo em vista que além das instituições, que por razões regimentais tinham a obrigação de prestar informações, também os movimentos sociais, as entidades da sociedade civil poderiam encaminhar, através das representantes da CPMI, os relatórios registrando as suas contribuições. Por fim, passou a palavra, para os encaminhamentos finais, à **Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI**, que iniciou dizendo que todas as informações que ali tinham sido prestadas haviam sido gravadas para que pudesse construir o seu relatório, e que a ata daquela audiência pública em breve estaria à disposição no *site* do Senado, assim como já estavam à disposição as informações das audiências públicas realizadas até aquele momento. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*] Em seguida, agradeceu aos presentes que se manifestaram e trouxeram informações, em especial aos Juizes-Corregedores Júlio César Ferreira de Melo e Alexandre Karazawa Takashima. Agradeceu, ainda, a presença da Promotora de Justiça Maria Amélia Borges Moreira Abbad, representando o Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, senhor Lio Marcos Marin; da Delegada Juliana Renda Gomes; da senhora Selma Elias Westphal, da Coordenadoria Estadual da Mulher; da senhora Clair Castilhos Coelho, secretária-executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; da senhora Justina Inês Cima, do Movimento de Mulheres Camponesas; e da senhora Maria de Lourdes Mina, coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina. Continuando, informou que iria apresentar um requerimento, a ser apreciado na reunião seguinte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, convocando as autoridades do Estado que não se fizeram presentes à audiência pública para irem a Brasília levar as informações solicitadas, e foi aplaudida por todos. Avaliou ser inadmissível que tais autoridades sequer tenham justificado suas ausências perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e foi novamente aplaudida. Prosseguindo, disse não admitir que as autoridades dos Estados considerassem a CPMI como de menor importância e de pouca relevância para defender os direitos das mulheres em situação de violência. Reiterou que as autoridades que foram convidadas e não compareceram seriam convocadas para irem a Brasília levar as informações. Dirigindo-se à Promotora Maria Amélia Abbad, solicitou que a OAB assumisse a importante tarefa de prestar assistência judiciária à população, levando em conta a ausência de uma Defensoria Pública em Santa Catarina. afirmou ser inadmissível a inexistência de advogados pagos com recursos públicos para atender a sociedade em geral e citou o caso da senhora Inês Szekoski, que havia seis anos vinha sendo perseguida pelo seu ex-marido, falando que ela havia vivido um verdadeiro calvário na tentativa de receber proteção do Estado para si e para os seus filhos, tendo registrado dezenas de Boletins de Ocorrência, sofrido de depressão e desenvolvido problemas cardíacos que resultaram em seu afastamento do trabalho. Ainda contou que Inês, após ter sido apedrejada, resolveu como último recurso expor publicamente o seu sofrimento na imprensa, o que finalmente resultou na prisão do ex-marido, acrescentando que ele podia ser solto a qualquer momento e que ela não estava protegida. Dito isso, afirmou que a CPMI solicitava ao Ministério Público que acompanhasse atentamente aquele caso para evitar o pior e que requeresse da Prefeitura de Florianópolis a inserção da senhora Inês e de todos os seus filhos nos programas sociais do Município para que ela pudesse manter a si e aos seus filhos de forma digna e adequada, frisando a necessidade da proteção do Estado para que Inês não viesse a ser morta a qualquer momento, em caso de o marido ser solto, e complementando que fazia aquele pedido à OAB diante da ausência da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. Finalizando, disse que a doutora Maria Amélia era Promotora do Ministério Público e sugeriu, assim, que ela interferisse junto à OAB para que fizesse o acompanhamento solicitado. Por sua vez, a **senhora Maria Amélia Borges Moreira Abbad, Promotora de Justiça**, colocou uma situação pontual que havia acontecido em Balneário Camboriú. Segundo ela, naquele Município era prevista a instalação de uma Vara de Violência Doméstica, mas a OAB fez um abaixo-assinado pedindo para que fosse feita a instalação de uma Vara Cível. Posto isso, falou que havia necessidade de conscientização de todos para a problemática

da violência doméstica e, tendo em vista o ocorrido, solicitou que o pedido de acompanhamento do caso da senhora Inês fosse encaminhado diretamente pela Comissão à Ordem dos Advogados do Brasil. Em seguida, avisou que podiam contar com o apoio do Ministério Público e que o órgão faria tudo o que pudesse com relação à senhora Inês, como a instituição de medidas protetivas ou a manutenção da prisão do agressor, em caso de necessidade. Ato contínuo, a **Senadora Ana Rita** afirmou que encaminhariam o pedido diretamente à OAB e que dava para perceber as fragilidades do atendimento às mulheres em situação de violência. Na sequência, disse que a CPMI continuaria vigilante, cobrando das autoridades de Santa Catarina que assumissem de fato o seu papel no sentido de garantir que as políticas públicas fossem implementadas e que todas as mulheres pudessem ter suas vidas protegidas. Despedindo-se, reiterou que apresentaria requerimento às autoridades que haviam sido convidadas e não se fizeram presentes para que fossem a Brasília levar todas as informações necessárias, e foi aplaudida. Prosseguindo a audiência, a **Deputada Federal Carmen Zanotto** endossou as palavras ditas pela Senadora Ana Rita e reforçou que a Comissão faria o documento diretamente ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Santa Catarina, para que com ele pudessem reforçar o pedido da CPMI. Fazendo uso da palavra, a **senhora Coordenadora** agradeceu a todos, particularmente ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Estadual Gelson Merisio, e convidou os presentes para participarem da próxima reunião da Comissão, a ser realizada no dia 7 de maio de 2012, em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Para fazer o encerramento da audiência por parte da Alesc, devolveu a palavra para a **senhora Deputada Estadual Angela Albino**, que agradeceu às Deputadas Federais Carmen Zanotto e Luci Choinacki pela iniciativa do requerimento, estendendo o seu agradecimento à Coordenadora Jô Moraes, Presidenta da CPMI, por tê-lo acatado, e também à Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI. Em seguida, lamentou que algumas instâncias governamentais não entenderam a importância do momento para as mulheres e para o Estado de Santa Catarina, comentando que enfrentar a violência contra as mulheres não era uma tarefa somente das mulheres, mas de toda a sociedade, e justificando que aquele tipo de violência era a origem de muitas outras, pois quem crescia, vivia e criava os seus laços de afeto num ambiente violento tendia a banalizar a violência. Prosseguindo, falou que aquele havia sido o dia em que praticamente trouxeram uma aura de cientificidade para o debate e que a luta precisava expressar também a situação em que viviam as mulheres em Santa Catarina. Ato contínuo, disse acreditar que o fato de Santa Catarina ser o Estado com a pior participação política de mulheres estava diretamente ligado à imensa fragilidade do sistema de amparo às mulheres vítimas de violência, e louvou a imensa habilidade das mulheres de fazerem política para além de partidos políticos. Em seguida, mencionou ter a convicção de que os valores que foram tidos historicamente como femininos haveriam de fundar uma nova sociedade mais justa e mais fraterna a que todos aspiravam, com paixão, solidariedade, compaixão, afeto e capacidade de amar o outro e de estender a mão. Por fim, em nome da Assembleia Legislativa, agradeceu penhoradamente a presença das Parlamentares federais na Casa e também às pessoas que haviam passado grande parte daquele dia dedicado à luta pelas mulheres naquela audiência. Ato contínuo, a **senhora Coordenadora, Deputada Federal Jô Moraes/MG**, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a audiência pública. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.*]

**Deputada Estadual Ana Paula Lima**  
**Presidente da audiência pública**

\*\*\* X X X \*\*\*

## EDITAL

### PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - 2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, através do seu Presidente Deputado Gelson Merisio com base na Lei nº 12.918 de 23 de janeiro de 2004, torna público que está abrindo inscrições para Concessão do Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina e do Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC - às empresas privadas e entidades com fins não econômicos.

**DAS INSCRIÇÕES:** As inscrições terão início dia 04 de junho de 2012 e o término dia 31 de agosto de 2012. Deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet no endereço eletrônico <http://alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial>, adotando um dos modelos ali constantes.

O Edital poderá ser retirado no site da ALESC ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)), link "LICITAÇÃO" e no endereço eletrônico <http://alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial>.

Florianópolis, 22 de maio de 2012  
Deputado Gelson Merisio  
Presidente da ALESC  
\*\*\* X X X \*\*\*

### MENSAGEM GOVERNAMENTAL

#### ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 584

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 420/2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo Território Catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais", por ser inconstitucional.

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei, conforme as seguintes razões:

"1 - Há inconstitucionalidade formal, uma vez que lei de iniciativa parlamentar não pode impor obrigações ao Poder Executivo, sendo que nestes casos, em razão do que dispõe o art. 50, § 2º, VI da Constituição Estadual, a iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo.

2 - Padece o autógrafo de vício de inconstitucionalidade por violação ao art. 123, I, da Carta Estadual, eis que não há indicação da fonte de custeio."

Essas, Senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 16 de maio de 2012  
**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado

Lido no Expediente  
Sessão de 22/05/12

#### ESTADO DE SANTA CATARINA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Nº DO PROCESSO SPP:EPGE1080121

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

ASSUNTO: AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI 420/2011

PAR 0115/12

AUTÓGRAFO DE ORIGEM PARLAMENTAR. OBRIGATORIEDADE DE SINALIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO AO PODER EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FONTE DE CUSTEIO. AFRONTA AOS ARTS. 50, § 2º, VI E 123, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INCONSTITUCIONALIDADE.

Senhor Procurador Chefe da Consultoria Jurídica,

O Sr. Diretor de Assuntos Legislativos, por delegação do Sr. Secretário de Estado da Casa Civil enviou a esta Procuradoria para análise de sua constitucionalidade/legalidade, o autógrafo aprovado pela ALESC, de origem parlamentar que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo território catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais".

Trata-se de lei que determina a sinalização no território do Estado de Santa Catarina das unidades de conservação que enumera.

Inicialmente cabe observar que o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, de iniciativa parlamentar, não sofre de vício material, uma vez que a competência para legislar sobre a matéria nele tratada e concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, nos termos do art. 24, VI da Constituição Federal, não havendo neste ponto qualquer mácula.

Ademais, destaque-se a desnecessidade de lei complementar neste caso, posto que a matéria objeto da norma não se encontra entre aquelas taxativamente previstas no art. 57 da Constituição Estadual.

Todavia, sofre o autógrafo de inconstitucionalidade formal, pois impõe obrigação ao Poder Executivo, consistente em sinalizar as unidades de conservação, sendo que nestes casos, a iniciativa,

segundo dispõe o art. 50, § 2º, VI da Constituição Estadual, e reservada ao Chefe do Poder Executivo.

De outro lado, por óbvio, o projeto de lei em foco cria despesa relativamente a sua execução e apesar disto não indica a fonte orçamentaria.

Ocorre que segundo art. 123, I, da CE, "e vedado iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentaria anual."

Assim, neste ponto também resta caracterizada inconstitucionalidade.

Em caso semelhante, o parecer exarado no processo PGE 5254/2011, subscrito por Vossa Senhoria, recomendou o veto:

**PROCESSO PGE 5254/2011**

**ORIGEM:** Procuradoria Geral do Estado

**EMENTA:** Autógrafo. Projeto de Lei. Dia Catarinense da Educação Ambiental. Atribuição de **Obrigações** ao **Poder Executivo**. Aumento de Despesa. Vício de **Iniciativa**. Veto Parcial Sugerido.

Senhor Procurador-Geral do Estado,

Trata-se de **autógrafo** de projeto de Lei N. 428/2011 de **iniciativa parlamentar** que institui o Dia Catarinense da Educação Ambiental e estabelece o dever do **Poder Executivo** de promover **atividades** educacionais e a execução de campanhas e programas voltados para a educação ambiental. Conforme consta no projeto de lei:

"Art. 1º Fica instituído o dia 05 de julho como o Dia Catarinense da Educação Ambiental.

Art. 2º Compete ao **Poder Executivo**, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, ao longo de todo o ano e destacadamente em 05 de junho, a promoção de atividades educacionais e a execução de campanhas e programas voltados para a educação ambiental.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

O projeto aprovado pela Assembleia Legislativa foi enviado para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, com o intuito de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "in verbis":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto".

O Art. 2º do **Autógrafo** do Projeto de Lei nº 428/2011 trata da criação de política governamental, em que se atribui competência à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de promover atividades educacionais e executar campanhas e programas voltados para a educação ambiental.

Assim, o encargo de promover atividades educacionais e execução de campanhas, bem como programas de educação ambiental, exige a destacando de recursos financeiros e de pessoal para a sua execução, além do que impõe

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável o cumprimento das diretrizes do programa criado.

Na verdade, a medida legislativa que cria uma ação governamental, tal como acontece no **Autógrafo** do Projeto de Lei nº 428/2011, consiste em intromissão do **Poder** Legislativo nas atribuições afetas aos órgãos do Poder **Executivo**.

A medida legislativa ora aprovada, por ter instituído um programa governamental, ampliando as atribuições e o funcionamento de órgão público, que implica em aumento de despesa, deveria ter observado a regra constitucional inscrita no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado.

A regra inscrita no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado, guarda simetria com as disposições do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Federal, que assim dispõe:

"Art. 61 .....  
§ 1º - São de **iniciativa** privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

.....  
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI".

O art. 84, inciso VI, a sua vez, estabelece o seguinte:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:

VI- dispor, mediante decreto, sobre:

.....  
a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Aliás, a matéria já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem **parlamentar** que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, de acordo com os seguintes excertos:

“Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do **Poder Executivo** deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 10 do artigo 61 da Constituição Federal” (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1<sup>a</sup>-4-04, DJ de 21-5-04).

“Compete privativamente ao **Poder Executivo** (CF, alínea e do inciso do § 1<sup>o</sup> do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado” (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa a, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

É indispensável a iniciativa do Chefe do **Poder Executivo** (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação” (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 2-12-05).

“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei alagana 6.153, de 11-5-2000, que cria o programa de leitura de jornais e periódicos em sala de aula, a ser cumprido pelas escolas da rede oficial e particular do Estado de Alagoas. **Iniciativa** privativa do chefe do **Poder Executivo** estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado. Lei de **iniciativa parlamentar** que afronta o art. 61, § 1, II, e, da CF, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências. **Iniciativa** louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa.” (ADI 2.329, Rel. Min. Carmen julgamento em 14-4-2010, Plenário, DJE de 25-6-2010.)

“Lei 781, de 2003, do Estado do Amapá que, em seus arts. 4<sup>o</sup>, 5<sup>o</sup> e 6<sup>o</sup>, estabelece obrigações para o **Poder Executivo** instituir e organizar sistema de avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos. Inconstitucionalidade formal, em virtude de a lei ter-se originado de **iniciativa** da Assembleia Legislativa. Processo legislativo que deveria ter sido inaugurado por iniciativa do Governador do Estado (CF, art. 61, § 1<sup>o</sup>, II, e). Ação direta julgada procedente.” (ADI 3.180, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 17-5-2007, Plenário, DJ de 15-6-2007.)

Nesse contexto, resta caracterizada a ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32, da Constituição Estadual (art. 2, da C.F.), uma vez que houve a criação de novas atribuições, que implicam aumento de despesas, cuja execução foi incumbida ao **Poder Executivo** par meio de lei de **iniciativa parlamentar**.

Não obstante as bons propósitos do autor do Projeto de Lei, tal medida legislativa cuida de matéria afeta ao **Poder Executivo**, tanto em termos de **iniciativa** do processo legislativo, quanto na tarefa de executar as atividades ali previstas, ofendendo o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado, inscrito no art. 2<sup>o</sup>, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

“Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o **Executivo** e o Judiciário”.

O **poder** de veto do Governador do Estado não consiste em uma faculdade, sujeita apenas ao critério discricionário, sendo, na verdade, um dever de verificar se alguma disposição legal não este de acordo com os preceitos constitucionais, de forma que deve ser vetado pelo Governador.

A verificação da constitucionalidade das leis e procedimento de observância obrigatória, fazendo parte do controle preventivo de constitucionalidade, devendo prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

Ademais, a medida legislativa proposta também poderá importar aumento de despesa pública, representando afronta ao art. 63, “caput” e inciso I, da Constituição Federal, e art. 52, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Observa-se ainda que o projeto, no ponto referente a geração de despesa para o **Poder Executivo**, incorre em desrespeito ao princípio orçamentário de que trata o art. 167, inciso II, da Carta Federal, o qual veda a realização de despesas superiores aos créditos ornamentários ou adicionais.

Apesar da inconstitucionalidade do Art. 2<sup>o</sup> do Projeto de Lei N. 428/2011, verifica-se que não existe vício no Art. 1<sup>o</sup>, que apenas institui o Dia Catarinense da Educação Ambiental, de forma que pode ser sancionado pelo Governador do Estado.

Ante o exposto, a medida legislativa aprovada viola o disposto nos Arts.

32, 50, § 2<sup>o</sup>, mc. VI, e 71, inc. IV, da Constituição Estadual, razão pela qual recomendamos a aposição de veto ao art. 2<sup>o</sup> do Projeto de Lei nº 428/2011.

A apreciação superior

Florianópolis, 16 de dezembro de 2011.

**LORENO WEISSHEIMER**

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

Portanto, salvo melhor juízo, o autógrafo padece de inconstitucionalidade por violação aos arts. 50, § 2<sup>o</sup>, III e 123, I, todos da Constituição Estadual, logo, o presente no sentido de recomendar o veto integral.

Este é o parecer que submeto a apreciação de Vossa Senhoria.

Florianópolis, 04 de maio de 2012.

Queila de Araújo Duarte Vahl

Procuradora do Estado

OAB/SC 12657

Conclusão:

1 - Há inconstitucionalidade formal, uma vez que lei de iniciativa parlamentar não pode impor obrigações ao Poder Executivo, sendo que nestes casos, em razão do que dispõe o art. 50, § 2<sup>o</sup>, VI da Constituição Estadual, a iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo.

2 - Padece o autógrafo de vício de inconstitucionalidade por violação ao art. 123, I, da Carta Estadual, eis que não há indicação da fonte de custeio.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

**PROCESSO** : PGE 2308/2012

**INTERESSADO**: Secretaria do Estado da Casa Civil

**ASSUNTO**: Autógrafo do Projeto de Lei 420/2011

**EMENTA**: Autógrafo de Origem Parlamentar. Obrigatoriedade de sinalização de unidades de conservação estaduais. Imposição de obrigação ao Poder Executivo. Vício de iniciativa. Ausência de indicação de fonte de custeio. afronta aos arts. 50, § 2<sup>o</sup>, VI e 123, I, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade.

Senhor Procurador-Geral do Estado,

De acordo com a manifestação da Procuradora do Estado Queila de Araújo Duarte Vahl às fls. 41 a 49.

À vossa consideração.

Florianópolis, 07 de maio de 2012.

**Loreno Weissheimer**

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

**PGE 2308/2012**

**Assunto**: Autógrafo Projeto de Lei n. 420/2011 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização em todo o Território Catarinense de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais.

**Origem**: Secretaria de Estado da Casa Civil

**DESPACHO**

01. Acolho o **Parecer nº 115/12** (fls. 41/49), da lavra da Procuradora do Estado Dra. Queila de Araújo Duarte Vahl, referendado pela Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Dr. Loreno Weissheimer a fl. 50, recomendando aposição de veto integral.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil.

03. Após, archive-se.

Florianópolis, 07 de maio de 2012.

**JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO**

Procurador-Geral DO Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 420/2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo Território Catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1<sup>o</sup> Fica obrigada a sinalização, em todo Território Catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação.

§ 1<sup>o</sup> Constituem-se unidades de conservação:

I - estação ecológica;

II - reserva biológica;

III - parques;

IV - monumentos naturais;

V - refúgio da vida silvestre;

VI - área de proteção ambiental;

VII - área de relevante interesse ecológico;

VIII - hortos estaduais;

IX - florestas estaduais;

X - reservas extrativistas;

XI - reserva de fauna;

XII - reserva de desenvolvimento sustentável;  
 XIII - reserva particular do patrimônio natural;  
 XIV - reserva indígena; e  
 XV - corredores ecológicos e outras áreas que foram contempladas com o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.

§ 2º As áreas naturais tombadas pelo Estado deverão ser sinalizadas de acordo com projeto a ser definido pelo órgão estatal responsável.

Art. 2º A sinalização de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser instalada nos limites externos das unidades de conservação e dos locais enumerados, no seu § 1º, bem como em suas respectivas vias de acesso, de acordo com os seguintes parâmetros e características:

I - integração ao meio ambiente, de modo a não desfigurar a paisagem e não causar danos de qualquer espécie;

II - imediata visibilidade aos que transitam pelo local, ou que dele se aproximem;

III - identificação, por desenho, da unidade de conservação, do local, ou da espécie cuja presença é sinalizada; e

IV - inclusão da mensagem incentivadora da natureza.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
 Deputado Jailson Lima - 1º Secretário  
 Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 116/12

Balneário Barra do Sul, 21 de maio de 2012  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Balneário do Sul - Bombeiros Voluntários**, Balneário Barra do Sul - SC, referente ao exercício de 2011.

**Joanhi Soares da Rocha**  
 Presidente

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 117/12

Timbé do Sul, 02 de maio de 2012  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Mantenedora Amigos do Hospital**, Timbé do Sul - SC, referente ao exercício de 2011.

**Paulo Joel Bernhardt**  
 Presidente

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 118/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce**, Água Doce- SC, referente ao exercício de 2011.

**Rudimar Bergossa**  
 Presidente

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 119/12

Of. 058/12 Santo Amaro do Imperatriz, 14 de maio de 2012  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, Santo Amaro do Imperatriz - SC, referente ao exercício de 2011.

Maria Aparecida Coelho Silva  
 Presidente

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 120/12

Of. 036/12 Florianópolis, 17 de maio de 2012  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **União dos Escoteiros do Brasil**, Florianópolis - SC, referente ao exercício de 2011.

Roberto Murilo Coutinho  
 Presidente

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 121/12

Of. 018/12 Lages, 14 de maio de 2012  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos de Surdos - APAS**, Lages - SC, referente ao exercício de 2011.

Ademar Dionisio Varela  
 Presidente

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 122/12

Of. 008/12 Rio Negrinho, 10 de maio de 2012  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação dos Bombeiros Comunitários de Rio Negrinho**, Rio Negrinho - SC, referente ao exercício de 2011.

Stanley Vilicinski  
 Presidente

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 915, de 22 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1102/12,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** por motivo de doença em pessoa da família a servidora **CARLA MARIA EVANGELISTA VIEIRA PEDROZO**, matrícula nº 3554, por 15 (quinze) dias, a contar de 09 de maio de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 916, de 22 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
3145	LAEDIO SILVA	90	26/04/12	1104/12
0668	LUIZ EDUARDO CAMINHA	60	27/04/12	1107/12
1282	RICHARD SILVA	60	05/05/12	1110/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 917, de 22 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2177	ANA MARIA FADEL NEVES	15	09/05/12	1101/12
1324	JUPIRA DE OLIVEIRA NOBRE	20	02/05/12	1103/12
1570	LENIR MARTINS ANDRADE LUZ	30	04/05/12	1105/12
1098	LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU	60	04/05/12	1106/12
1823	MARIA DE LOURDES GHIZZO	30	01/05/12	1108/12
1390	MARISE ORTIGA ROSA	05	07/05/12	1109/12
1303	RITA DE CASSIA SILVA DA LUZ	30	08/05/12	1111/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 918, de 22 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no Ato da Mesa nº 174, de 30 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **CIRO SILVEIRA**, matrícula nº 1500, para secretariar os trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria Nº 876 de 15 de maio de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 919, de 22 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no Ato da Mesa nº 174, de 30 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **ROSVITE INEZ MACHRY**, matrícula nº 1481, para secretariar os trabalhos da Comissão Legal - Processo Administrativo Disciplinar, código PL/FC-1, instituída pelo Ato da Mesa nº 286, de 16 de maio de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 920, de 22 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **GLEIDE DE MELO OLIVEIRA**, matrícula nº 7033, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 21 de maio de 2012 (Gab. Dep. Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 921, de 22 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR PARCIALMENTE** a Portaria nº 898, de 16 de maio de 2012, nos seguintes termos:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2065	Terezinha Rodrigues Gonçalves	60	02/05/12	1074/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 183/12**

Declara de utilidade pública a Associação Sítio Terapia, de Tijucas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Sítio Terapia, com sede no município de Tijucas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente

Sessão de 22/05/12

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Sítio Terapia, com sede no município de Tijucas.

Em virtude da relevância dos propósitos no qual se pauta a referida Associação, que tem por missão tratar e acompanhar crianças, jovens e adultos com distúrbios de desenvolvimento ou comportamentais, deficiência física ou mental, dificuldades de integração ou reintegração no ambiente social, bem como prover a qualificação profissional da pessoa portadora de deficiência, visando a sua integração no mercado de trabalho, conforme o disposto em seu estatuto, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 184/12**

Dispõe sobre o fornecimento de senha de segurança de emergência aos clientes das instituições financeiras no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º As instituições financeiras, que utilizam senha para saques em operações bancárias, estabelecidas no estado de Santa Catarina, fornecerão aos clientes senha de segurança de emergência, com a mesma quantidade de dígitos da senha original.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, entende-se como senha de segurança de emergência um código fornecido aos clientes, que acionará a Polícia com identificação do local, exclusiva para uso em casos de urgência, como seqüestro relâmpago, roubo e etc.

Art. 2º Para a segurança do cliente/vítima, a senha de segurança de emergência autoriza as operações pretendidas.

Art. 3º As instituições financeiras responsabilizar-se-ão pelo sistema a ser implantado.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Jailson Lima

1º Secretário/ALESC

Lido no Expediente

Sessão de 22/05/12

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei que apresento visa melhor segurança aos nossos cidadãos, com os crescentes índices de violência e criminalidade existentes na área das instituições financeiras representam constante fonte de inspiração a todos os preocupados com a questão, que tentam, cada vez mais, encontrar meios eficazes para combatê-los.

Motivam a apresentação da proposição, a maior segurança oferecida às pessoas no uso de serviços nessas dependências, objetivando evitar a incidência de crimes que se tornaram usuais, tais como, seqüestro relâmpago e outros.

Em relação à repartição constitucional das competências, versa o projeto matéria de competência legislativa supletiva estadual, agasalhada no artigo 24, V, da Constituição Federal e, nesta esfera, de iniciativa concorrente.

A oportunidade da Lei que ora proponho e a sua convivência são inquestionáveis, já que atendem necessidades imperiosas dos Consumidores do Estado de Santa Catarina.

Prevê o projeto que a instituição financeira e a Secretaria de Segurança Pública determinem, por instrumentos do direito administrativo, as condições que melhor atenderem às finalidades da lei e ao alcance dos benefícios pretendidos. O detalhamento das disposições da Lei, se necessário, poderá ser previsto em regulamentação própria.

Pelo exposto, submeto à apreciação dos meus nobres pares, o Projeto de Lei, para amenizar a violência e a proteção do nosso povo catarinense.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 185/12**

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DA TRAVESSA PEDRO ROSA, com sede no município de Laguna.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DA TRAVESSA PEDRO ROSA, com sede no município de Laguna.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei 15.125/2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.  
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala das Sessões,  
Deputado Padre Pedro Baldissera

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 22/05/12*

#### JUSTIFICATIVA

O município de Laguna, fundado em 1676, é a terceira cidade mais antiga de Santa Catarina. Além dos municípios de Itapoá, Palhoça, Penha, Porto Belo, Governador Celso Ramos, Florianópolis e Passo de Torres, Laguna possui uma expressiva pesca artesanal, que apesar das grandes dificuldades, como o aumento da poluição e a crescente perda na concorrência com a pesca industrial, resiste de forma bastante peculiar na economia e extremamente marcante na cultura.

A Associação da Comunidade Pesqueira da Travessa Pedro Rosa, sediada no município de Laguna, é uma associação civil, sem fins econômicos, com personalidade jurídica de direito privado, dedicada à melhoria da qualidade de vida da comunidade pesqueira, especialmente se dedicando à defesa dos interesses profissionais da pesca artesanal. Como podemos observar através do relatório circunstanciado que acompanha o presente Projeto de Lei, entre as atividades exercidas estão a manutenção, a reforma, o lançamento e o recolhimento de embarcações; a logística de uso do trapiche para carga e descarga de pescados; e a promoção de eventos sócio-culturais.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, nas atividades da Associação da Comunidade Pesqueira da Travessa Pedro Rosa, que por não ter fins econômicos, necessita do amparo e da contrapartida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submeto à consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 186/12

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, com sede no município de Timbó.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;  
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;  
III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e  
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 22/05/12*

#### JUSTIFICATIVA

A Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, com sede no município de Timbó, é uma associação de caráter civil, esportivo, recreativo e cultural, sem fins lucrativos, que tem por finalidades manter vivas as tradições esportivas, recreativas e culturais de sua comunidade; promover festivais e diversões em sua sede social, constando de jogos permitidos por lei; incentivar a defesa da família, dos valores morais e a garantia dos direitos humanos; entre outras, o que pode ser observado por meio do Estatuto Social que acompanha o presente Projeto de Lei.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção da preparação e capacitação da comunidade.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 187/12

Declara de utilidade pública o Clube Social de Caça e Tiro Garcia Jordão, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube Social de Caça e Tiro Garcia Jordão, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;  
II - atestado de funcionamento atualizado;  
III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e  
IV - balancete contábil.  
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.  
Sala das Sessões  
Deputado Jean Kuhlmann

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 22/05/12*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública o Clube Social de Caça e Tiro Garcia Jordão.

A entidade tem como objetivo promover a preservação e defesa do patrimônio histórico e artístico, da cultura e do folclore da colonização alemã no município de Blumenau.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 188/12

Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social, Cultural, Afro-Brasileiro Evangélico, no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social, Cultural, Afro-Brasileiro Evangélico, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;  
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º, da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010;  
III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e  
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputado Reno Caramori

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 22/05/12*

#### JUSTIFICATIVA

A Associação de Assistência Social, Cultural, Afro-Brasileiro Evangélico, fundada em 13/09/1991 no município de Florianópolis, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico assistencial, constituída juridicamente e que visa entre seus relevantes objetivos, recuperar pessoas dependentes do álcool e drogas, sempre com aconselhamentos e espiritualidade, proporcionando aos toxicômanos e alcoólatras a assistência social e espiritual por pessoas especializadas, reintegrando-os a sociedade e ao seu bom e íntimo relacionamento familiar, após o período de tratamento no Centro de Recuperação Casa de Nazaré.

Desta forma e pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

Por sua vez, a documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 189/12

Declara de utilidade pública o Bloco Carnavalesco União da Ilha de Santa Catarina, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Bloco Carnavalesco União da Ilha de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;  
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e  
 IV - balancete contábil.  
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
 Sala das Sessões,  
 Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública o Bloco Carnavalesco União da Ilha de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis.

Em virtude da relevância dos propósitos no qual se pauta a referida entidade, que tem por missão fomentar o desenvolvimento cultural e as manifestações carnavalescas, folclóricas e musicais, bem como promover ações sociais voltadas às comunidades do norte da ilha e centro de Florianópolis, conforme o disposto em seu estatuto, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto a apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 190/12

Dispõe sobre a exposição de advertências sobre os acidentes pelos estabelecimentos que comercializam álcool líquido e dá outras providências.

Art. 1º A empresa varejista que comercializar álcool líquido fica obrigada a confeccionar cartazes e cartões com corte especial para entrega ao consumidor, advertindo-o sobre os riscos que o produto pode causar à saúde.

Art. 2º A propaganda a que se refere o artigo 1º conterà:

- I - imagens de segmentos anatômicos de vítimas de queimaduras decorrentes de acidentes com o álcool líquido;
- II - advertências, por escrito, sobre o risco de acidentes decorrentes do uso do álcool líquido.

Art. 3º Os cartazes a que se refere esta lei serão afixados no máximo a 1m (um metro) de distância do local de exposição à venda do álcool líquido.

Art. 4º O cartão com corte especial deverá ser afixado juntamente com o lacre de segurança da embalagem do álcool líquido.

Art. 5º As despesas relativas à propaganda de que trata esta lei correrão por conta das empresas varejistas que comercializem o produto.

Art. 6º As imagens a que se refere o inciso I do artigo 2º desta lei serão usadas de forma simultânea com as advertências a que se refere o inciso II do mesmo artigo, de forma ostensivamente destacada, todas precedidas da afirmação "A Sociedade Brasileira de Queimaduras adverte":

- 1- Lesões derivadas do acidente com o álcool líquido poderão levar a sequelas físicas e/ou psicológicas permanentes.
- 2- O álcool líquido contribui de modo significativo no número de acidentes, envolvendo em média 150.000 pacientes/ano.
- 3- Acidentes com álcool líquido podem ser gravíssimos gerando até amputações, como pode ser visto na figura abaixo:

Art. 7º As imagens e advertências referidas no artigo anterior deverão ser padronizadas e disponibilizadas pela Sociedade Brasileira de Queimaduras, em sua página eletrônica.

Art. 8º Os cartazes e os cartões com corte especial de que trata esta lei deverão ser impressos observadas, respectivamente, as dimensões de série A1 (594x841mm) e 1/6 de série A4 (210 mm x 297 mm).

Art. 9º Fica proibida a venda de álcool líquido a menores de 12 anos.

Art. 10º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação da presente, para que a Sociedade Brasileira de Queimaduras disponibilize as imagens e advertências padronizadas em sua página eletrônica.

Art.11. Transcorrido o prazo aludido no artigo anterior, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para que as empresas varejistas que comercializem o produto estejam cumprindo devidamente as determinações desta lei.

Art.12 O não cumprimento desta lei sujeita os infratores às sanções previstas na Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art.13 Fica estabelecido que caberá à Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Vigilância Sanitária, a fiscalização e à aplicação de todas as medidas legais para consecução dos objetivos desta Lei.

Art. 14 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2012.

Deputado Dado Chereim

Lido no Expediente  
 Sessão de 22/05/12

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo desestimular o mercado varejista a adquirir o álcool na forma líquida e alertar o consumidor quanto aos riscos decorrentes do uso do produto, como estratégia para reduzir o número de acidentes.

Para a consecução desse objetivo, prevê que os estabelecimentos que comercializem o álcool líquido afixarão cartazes com imagens e advertências relacionadas à acidentes provocados pelo álcool. Referidas imagens serão de segmentos anatômicos de vítimas de queimaduras provocadas pelo produto.

Ainda, o projeto que os estabelecimentos que comercializem o álcool líquido afixarão ao produto cartão com corte especial, este com conteúdo idêntico ao dos cartazes, ou seja, contendo as mesmas imagens e advertências.

Todo o material publicitário a que se refere o presente projeto será padronizado e disponibilizado pela Sociedade Brasileira de Queimaduras, em sua página eletrônica: [www.sbqueimaduras.com.br](http://www.sbqueimaduras.com.br)

Quanto às despesas decorrentes do material publicitário, entende-se viável correrem por conta das empresas varejistas que comercializem o produto, justamente para desestimular a aquisição e comercialização no varejo e não apenas alertar o consumidor final do produto sobre os riscos de acidentes.

Salienta-se que a proteção da saúde do consumidor deve ser preocupação de toda a sociedade. O Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 9º aduz: **"O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto"**.

O comerciante varejista que não puder arcar com o ônus financeiro da publicidade, possui a alternativa de fornecer apenas o álcool gel.

De acordo com os dados da Sociedade Brasileira de Queimaduras, observa-se, a cada ano, cerca de 1 milhão de acidentes com queimaduras no Brasil. Desta estatística, confirma-se que 150.000 mil acidentes estão relacionados ao uso do álcool líquido, tendo como vítimas em potencial crianças com idade entre cinco e doze anos.

Cediço que a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária editou a Resolução n. 46, de 20/02/2002, por meio da qual proibiu a comercialização do álcool líquido e impôs a comercialização desse produto na forma de gel, medida que acarretou, segundo estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Queimadura, redução média de 65% no número de acidente com álcool.

Ocorre que a Associação Brasileira dos Produtores e Envasadores de Álcool e seus Implementos, irrisignada com o conteúdo da resolução supramencionada, acionou o Poder Judiciário, alegando, em síntese, que a ANVISA regulamentou ato ilegal, com desvio de finalidade e afronta ao princípio constitucional da eficiência, obtendo decisão favorável no julgamento da ação cautelar preparatória n. 2002.34.00.028442-6/DF, a qual se encontra em fase recursal, portanto, restando a matéria subjudice desde o ano de 2002.

No tempo que medeia a decisão final relativa à legalidade ou não do conteúdo da Resolução n 46, editada pela ANVISA, os acidentes não cessam, fazendo mais vítimas a cada dia, de modo a aumentar as despesas com saúde pública.

Estima-se que o tratamento de um queimado dura três meses, em média, e na fase aguda pode custar mais de R\$ 1 mil por dia, sem contar o valor da reabilitação e custos indiretos, como a ausência dos pais no trabalho para cuidar dos filhos. A pessoa queimada pode, ao longo da vida, necessitar de diversas cirurgias reconstrutivas e tem ainda custos que não se pode mensurar: sequelas psicológicas.

Não obstante haja diversas ações judiciais com o enfrentamento do tema, contendo a maioria delas decisões que esclarecem que a Resolução citada é legal e não fere a livre iniciativa econômica, posto que a saúde é direito fundamental que se sobrepõe à questões de direito econômico, enquanto não forem exauridas as vias recursais na ação proposta pela Associação Brasileira dos Produtores e Envasadores de Álcool e seus Implementos em face da ANVISA, o álcool líquido convive no mercado com o álcool gel, mas aquele é mais procurado pelo consumidor.

O uso doméstico do álcool líquido faz parte da cultura do povo brasileiro, que o usa como saneante e para fazer o fogo do churrasco, gerando, deste modo, inúmeros acidentes que podem ser evitados com a aprovação do presente projeto de lei, o qual facilitará a conscientização quanto aos riscos do produto. Acredita-se que a publicidade com imagens de segmentos anatômicos de vítimas de acidentes com álcool e frases de advertência nos locais de comercialização e no cartão com corte especial podem ajudar a evitar novos acidentes.

Quanto à competência, a proposição se insere na competência suplementar estadual em termos de consumo e proteção

à saúde, não apresentando vício de iniciativa, conforme se infere dos artigos 24, inciso VIII da CF/88 e artigo 10, inciso VIII, da Constituição do Estado de Santa Catarina, bem como artigo 55, §1º da Lei n. 8.078/90.

Dado ao fato de a matéria visar à proteção da saúde física do consumidor, o não cumprimento das determinações legais implicará a imposição das sanções previstas no Título I, Capítulo VII do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 8.078, de 11/9/90.

Por fim, considerando que o álcool é um produto cujo o uso está ligado à defesa e proteção da saúde individual e coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, atribui-se ao órgão sanitário estadual a competência para fiscalizar e tomar as medidas cabíveis no caso de descumprimento por parte das empresas que comercializem o álcool, conforme preceitos legais estabelecidos no Código Sanitário do Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, entende-se viável a criação do presente Projeto de Lei, no intuito de desestimular a produção, circulação e entrega ao consumo do álcool líquido, bem como alertar a população sobre os riscos do produto, como estratégia para reduzir os acidentes.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 191/12

Declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fraiburgo, do município de Fraiburgo.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fraiburgo, com sede no município de Fraiburgo.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da Legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ROMILDO TITON  
Deputado Estadual

Lido no Expediente  
Sessão de 22/05/12

#### JUSTIFICATIVA

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fraiburgo, situada a Rua: Olavo Bilac, 266, centro Fraiburgo e atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convenio com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade social e filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade desenvolver programa de combate ao câncer, apoiar ações governamentais que visem a promoção da saúde e, em especial, o combate ao câncer, orientar e instruir voluntários para recuperação e bem-estar do doente, divulgar o conhecimento sobre o combate e a prevenção do câncer, orientar e divulgar os métodos e formas de tratamento a família do portador da doença e colaborar com a iniciativa pública e particular que visem o bem estar social.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fraiburgo, sem duvida trará grandes benefícios ao povo de Fraiburgo.

Diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento de utilidade pública estadual a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fraiburgo, no município de Fraiburgo, que tantos benefícios trarão a comunidade.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso Município de Fraiburgo venho solicitar o apoio dos Nobres Pares Deputados neste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005.6/2012

Cria a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito da Assembleia Legislativa.

Art. 1º Fica acrescido o inciso XVII ao art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

“Art. 27 .....  
XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção XVII ao Capítulo IV do Título III e o art. 85-C ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, e 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

“Seção XVII

Da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 85-C. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, cabendo-lhe sobre eles exercer sua função legislativa e fiscalizadora:

I - programas de assistência à criança e ao adolescente com o objetivo de assegurar, nos termos da lei:

a) respeito aos direitos humanos;

b) preservação da vida privada na família, no domicílio e na ocorrência de intromissões arbitrárias e ilegais;

c) livre expressão de opinião;

d) atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas;

e) acesso do menor trabalhador a escola em turno compatível com seu interesse, atendidas às peculiaridades locais;

f) juizado com especialização e competência exclusiva nas comarcas de mais de cem mil habitantes, com plantões permanentes, inclusive de juiz, promotor e advogado;

g) processo administrativo ou judicial sigiloso para proteção da intimidade;

h) assistência jurídica gratuita, incentivos fiscais e subsídios a quem acolher, sob sua guarda, órfão ou abandonado;

i) alternativas educacionais para crianças e adolescentes carentes; e

j) programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas;

II - criação e manutenção pelo Estado de organismos estruturados para dar cumprimento às ações de atendimento à criança e ao adolescente, garantindo proteção, cuidados e assistência social, educacional, profissional, psicológica, médica e jurídica;

III - Fundo para Infância e Adolescência - Fia e Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - Cedca.

IV - permanência da criança ou do adolescente, em toda e qualquer situação infracional ou de desvio de conduta, se necessário, em centros exclusivos de recolhimento provisório e, excepcionalmente, em dependências de delegacias ou cadeias públicas, obrigatoriamente separados dos adultos infratores;

V - escolarização e profissionalização de crianças ou adolescentes, inclusive em instituições fechadas, sempre que não for possível a frequência às escolas da comunidade; e

VI - garantia, ao aprendiz portador de deficiência, dos direitos previdenciários e trabalhistas durante o período de treinamento.”

Art. 3º Ficam revogados os incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 76 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado GELSON MERISIO - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

Lido no Expediente  
Sessão de 22/05/12

#### JUSTIFICATIVA

A Mesa submete à apreciação desta Assembleia Legislativa projeto de resolução visando à criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o fim precípuo de concentrar em uma comissão permanente especializada, instituída no âmbito deste Parlamento, ações voltadas aos direitos positivados na ordem jurídica brasileira quanto à criança e ao adolescente - notadamente na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente -, intensificando, assim, a fiscalização e a função legiferante desta Casa no que tange à espécie.

Registre-se, por oportuno, que comissão permanente de igual natureza foi instituída no âmbito dos Poderes Legislativos dos Estados do Ceará, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia.

Desta forma, solicito aos nobres Parlamentares a aprovação desta proposição legislativa.

\*\*\* X X X \*\*\*